

Monique Heloísa de Souza

SER-MÃE

Olhares interseccionais sobre a
maternidade quilombola



SER-MÃE:

olhares interseccionais sobre a maternidade quilombola

Monique Heloísa de Souza

“

¿Y qué va a pasar cuando van a dar a luz las mujeres en su territorio?

— ¡Que salgan las parteras! Y así es como las parteras dentro de la comunidad hacían esa tarea importantísima, eran las tejedoras de la comunidad comadre. Eran las tejedoras comadre, porque si en un año nacían 300 muchachos, los 300 muchachos le decían mamá – sagradamente – y no solo eso, sino que los 300 muchachos se decían hermanos y eso es que permitía que la comunidad, se viviera en familia, hubiera armonía, solidaridad y hermandad.

”

Voces afrodescendientes: el caso de la escuela “Sé Quién Soy”, Francisca Castro Cuenú





Trabalho de Conclusão de Curso de Jornalismo

Universidade Federal de Santa Catarina – 2017.2

ORIENTAÇÃO

Daiane Bertasso Ribeiro

TEXTO E EDIÇÃO

Monique Heloísa de Souza

REVISÃO

Joelson Cardoso Cruz

Tamy Dassoler

Taynara Nakayama

PROJETO GRÁFICO

Amanda Rodrigues Constâncio

Ana Carolina Dehnhardt Guasti

AGRADECIMENTOS

Às mulheres e mães da Toca, por terem me mostrado que existe mundo além do meu. Vocês confiaram em mim, abriram a porta de suas casas, deram-me espaço em suas famílias e me contaram histórias de suas vidas. Espero que este trabalho, feito com amor, dedicação e respeito, esteja à altura para retribuir tamanha gentileza.

À minha orientadora, Daiane Bertasso Ribeiro, que foi sinônimo de prestatividade e receptividade durante todo o percurso. Obrigada por ter me ajudado todas as vezes em que precisei, por ter sido a calma nos momentos em que nada parecia que ia dar certo.

À minha família, principalmente aos meus pais, Mafalda e Luiz, que me deram todo o suporte necessário e fizeram este livrorreportagem acontecer. Vocês foram minha base e minha companhia. Não sei se um dia vou conseguir agradecer o suficiente.

Ao meu noivo, Yuri, por ter entendido e esperado com paciência o fim dessa “fase TCC”, até que eu voltasse a ser a mesma pessoa de sempre. Obrigada por ter sido e ser sempre meu porto seguro.

A Gisely, Nathália e Raquel, muito obrigada por terem me encaminhado nessa trajetória e por terem sempre me incluído em tudo. A assistência de vocês foi imensurável.

Ao pessoal do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), principalmente ao professor Paulino, a Náthally, Renata e Tamna, por terem tido a paciência de me explicar o que significa ser branca.

Ana Carolina, Joelson, Tamy e Taynara, obrigada por dividirem comigo esse momento meio paradoxal de orgulho e desespero.

Lara, Laura e Patrícia, a amizade e o interesse de vocês me colocaram para cima em muitos momentos. Estejam sempre na minha vida, por favor.

Ao pessoal da COMSO, em especial Ana, Carol, Luciane, Oscar e Silvia, pela ajuda, por me aguentarem nesse último ano e pelos momentos de descontração.

Um agradecimento especial a Amanda, não só pela amizade de sempre, mas também pela disponibilidade. Graças a você esse trabalho ganhou um rosto (e um rosto lindo!). Você é maravilhosa!

Aos meus sogros, Vera e Petri, e ao meu cunhado Lucas, por terem me acolhido tão bem nos últimos seis anos e meio e por serem sempre tão preocupados comigo. Obrigada por serem minha segunda família.

Às amigas da Engenharia, Bianca, Gabriela e Gabriela, por me acompanharem em uma jornada que teve fim, mas não foi em vão.

À Editora UFSC, por ter sido meu primeiro espaço de aprendizado profissional, especialmente a Arminda, Fábio, Fernando, Marina e Sônia.

Meus agradecimentos especiais à UFSC, por ter dado todos os recursos necessários à realização de minha vida acadêmica. Ano que vem estou de volta! E às (aos) professoras (es) do curso de Jornalismo, por terem sido mestras (es), exemplos e amigas (os).

SUMÁRIO

CAPÍTULO I:	
“O que significa seu ‘nós’, mulher branca?”	10
CAPÍTULO II:	
“Fez e faz história segurando esse país no braço”	18
CAPÍTULO III:	
“Vai dar mó treta quando disser que vi Deus, Ele era uma mulher preta”	35
CAPÍTULO IV:	
“Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu”	45
CAPÍTULO V:	
“Não tem mais canção de ninar, primeiro passo e beijo”	60

CAPÍTULO I:

“ O que significa seu ‘nós’, mulher branca? ¹ ”

¹ LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p.935-952, set. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 08 out. 2017

O que é um quilombo?

Quando contava às pessoas que finalmente havia decidido o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso, ninguém me fazia essa pergunta. E eu também não estranhava. Por algum motivo, todo mundo acha que sabe o que é um quilombo. Mas só fui entender a dimensão do desconhecimento quando comecei a falar sobre minhas visitas à comunidade.

“As casas em que eles moram são iguais às nossas?”

“Eles falam algum tipo de dialeto?”

“Chá de bebê? Tem isso lá também?”

“Morreu uma das fontes do seu TCC? Era uma das escravas?”

E, mesmo sem ter ido tão longe nos meus questionamentos, percebi que também não sabia o que esperar quando estivesse frente a frente com aquelas mulheres.

Quando apresentamos nossos temas na disciplina de Projetos Experimentais, um colega de turma me perguntou se eu apenas contaria as histórias das mulheres ou se faria algum tipo de contextualização e apanhado histórico sobre a realidade dos quilombos no Brasil. Respondi que traria somente as informações necessárias para a compreensão do texto, porque meu objetivo mesmo era explicar a importância da maternidade e do sistema matriarcal para a comunidade Toca/Santa Cruz, de Paulo Lopes, Santa Catarina. Hoje, entendo melhor a pergunta e minha resposta é outra.

Uma das primeiras descobertas – e surpresas – que tive durante a apuração do trabalho foi: os quilombos não existem mais. Pelo menos não como perduram hoje no imaginário popular. Há uma resignificação do conceito, uma reconstrução do que significa ser quilombola hoje no Brasil.

Após a chegada dos colonizadores portugueses e a escravização das populações indígenas que habitavam as terras recém-“descobertas”, africanas (os) de diferentes nações foram sequestrados e escravizados pela Coroa. Surgem, então, os quilombos – mais do que espaços para onde iam aquelas (es) que resistiam à

escravidão eram comunidades em que mantinham vivas suas tradições, religiões e culturas originárias.

A palavra *kilombo*, de origem africana, era usada para designar grupos de jovens guerreiros de diferentes etnias que formavam alianças militares e políticas. O termo quilombo é adotado – e aportuguesado – pelas primeiras comunidades de pessoas escravizadas no período pré-abolição porque tinha um significado de resistência cultural africana e negra.

Depois da abolição, ao mesmo tempo em que a população negra foi marginalizada, abandonada a um processo de socialização que não garantia direitos, políticas públicas ou qualquer traço de assistência, muitos dos quilombos acabaram em razão da repressão branca. O processo de colonização não teve fim quando terminou a escravidão. Hoje, os grupos considerados socialmente desvalorizados são aqueles submetidos ao projeto colonialista das então grande potências – e isso não é coincidência, de acordo com estudos de teóricos como o sociólogo peruano Aníbal Quijano. Para o autor, colonizar não significa subjugar apenas por meio da força física; significa também dominar o imaginário, impor símbolos, crenças, ideias, depreciar outras formas de conhecimento.

“A palavra ‘permanência’ é um pouco difícil para pensar as comunidades quilombolas hoje, na contemporaneidade. Porque parece que dá uma ideia de continuidade. Fica parecendo que as comunidades quilombolas que existem hoje são exatamente a continuidade do que foram os quilombos históricos”, explica Nathália Dothling Reis, bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e mestranda em Antropologia Social também pela instituição.

A pesquisa de mestrado dela trata das lideranças femininas em comunidades quilombolas. Para executá-la, Nathália passou o primeiro semestre de 2017 convivendo com as mulheres de duas comunidades catarinenses: Toca/Santa Cruz – a mesma que escolhi para o meu trabalho – e Aldeia, em Ibituba. “Por exemplo, essas duas não descendem de quilombos mesmo, sabe? Na verdade, são descendentes de pessoas escravizadas que, depois da abolição, ganharam sua ‘liberdade’ e continuaram resistindo nesses espaços”.

Com a Constituição de 1988, no mesmo ano em que a abolição completa um século, as (os) quilombolas são designadas (os) como pessoas de direito, mas ainda se constrói uma discussão controversa sobre quais os requisitos necessários para que uma população, uma comunidade seja identificada dessa forma. Com base nos estudos que fez para aprofundar sua pesquisa de mestrado, Nathália fala sobre a busca por pureza e continuidade ao tratar de povos indígenas e quilombolas. “Muitas vezes, as pessoas pensam em pequenas Áfricas, que tudo o que acontecia na África continua ali. E não é isso. Não teve jeito de tudo ficar igual porque, quando as (os) escravas (os) vieram para cá, perderam vínculos familiares, com suas etnias, e tiveram que refazer o cultural como forma de resistência”.

Mesmo que houvesse uma continuidade do passado escravista, como explicam Paulino Cardoso e Karla Rascke no livro que orienta professoras (es) sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, essas populações eram (e são) formadas por milhares de línguas e culturas espalhadas pelos mais de 30 milhões de quilômetros quadrados do continente. Mais de cem grupos étnicos de dezoito países africanos contribuíram para formação da multiculturalidade do nosso país. A África, então, pode ser muitas coisas, mas não pequena.

Hoje, o termo utilizado para se referir ao agrupamento de descendentes dos povos africanos escravizados no período pré-abolicionista é “comunidade *remanescente* de quilombo”, e *remanescente* significa, não sem críticas por parte de instituições acadêmicas e sociais, uma ligação, porém não uma continuidade, com o passado histórico de resistência negra.

A legislação – mais especificamente o Decreto 4.887/2003, que regulamenta os procedimentos envolvendo terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos – os define como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Na Toca, mesmo nascer é um ato de resistência. Se Wesley já soubesse falar, provavelmente concordaria comigo. Fruto de uma gravidez adolescente, o mais novo morador veio ao mundo em agosto, dois meses antes do previsto, pesando 1,8 kg. E, se o ditado é verdadeiro – quando nasce uma (um) filha (o), nasce uma mãe –, a maternidade também é uma forma de resistir. De existir.

No Brasil, até julho de 2017, existiam 2.962 comunidades remanescentes de quilombo certificadas pela Fundação Quilombo dos Palmares. A certificação, etapa que vem logo depois da autoatribuição prevista no Decreto 4.887, significa reconhecimento, mas não titulação. Ou seja, ser quilombola é uma coisa, ter a posse das terras ocupadas é outra.

O laço que estabelecem com o território vai além de moradia. Essa ligação é ressignificada a cada experiência vivida naquele espaço, a cada criança que nasce, a cada dia de trabalho. Em todos os discursos, as mulheres entrevistadas fazem questão de salientar seu pertencimento não apenas pelas relações sociais e pelo modo como se organizam; conforme contam suas histórias, elas vão apontando as mudanças espaciais que o lugar sofreu ao longo do tempo, as estradas que foram abertas ou fechadas, os poços que não existem mais, as casas das quais só resta a lembrança.

No geral, as comunidades remanescentes de quilombos assumem uma organização matriarcal. As mulheres – principalmente as mães, em especial as mais velhas –, encarregam-se dos papéis de liderança na estrutura social e familiar. A Toca, mesmo que todas (os) as (os) moradoras (es) tenham algum grau de parentesco, seja por consanguinidade ou afinidade, divide-se em quatro grandes núcleos familiares liderados pelas matriarcas: Verônica, Natalina, Glorinha e Lúcia – que faleceu por problemas cardíacos em setembro deste ano.

De acordo com a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), o sistema matriarcal, diferentemente da maternidade, envolve mais do que fertilidade e do que o ser-mãe. No caso das mulheres de comunidades negras, as formas de resistência e liderança que configuram esse sistema, adotadas desde o período pré-abolição até hoje, são expressadas pelas histórias, pelos conhecimentos medicinais e médicos, principalmente nos partos. Além disso, a luta para vivenciar

as religiões de matrizes africanas fez com que as mulheres ocupassem as posições hierárquicas mais altas em seus grupos, como é o caso de Natalina, que faz a umbanda resistir em uma comunidade e em um município majoritariamente católicos.

Apesar de adotar o termo “matriarca”, escolho trabalhar também com a maternidade porque algumas questões são melhor explicadas no âmbito do ser-mãe do que no âmbito matriarcal. São aquelas que tratam das vivências pessoais dessas mulheres, seus próprios núcleos familiares, do olhar adverso de quem não está familiarizado com a cultura quilombola, de certas violências cometidas contra elas – como no caso da violência obstétrica.

Logo no início das pesquisas, percebi que havia um território a ser desbravado. A literatura hegemônica que engloba maternidade, feminismos, recortes culturais e sociais era bastante unidirecional, repleta de citações de “Beauvoirs” e “Friedans”. Mulheres que deixaram como legado trabalhos indispensáveis para a reflexão sobre o tema, mas deslocadas no tempo, no espaço e – se utilizadas para pensar a maternidade de mulheres quilombolas – deslocadas também em todos os outros aspectos que não o de ter nascido biologicamente do sexo feminino.

Levou certo tempo até que descobrisse, por exemplo, a Angela Davis que falava sobre maternidade, além daquela que lutava pela aceitação das mulheres negras entre as feministas brancas. Até que eu chegasse à história das mulheres que viam suas (seus) filhas (os) morrerem de fome porque seus seios alimentavam as bocas das crianças brancas. Até que eu entendesse o espaço familiar e doméstico como o único lugar de liderança, quando tudo o mais era dominado pelos senhores de engenho.

Quase no final do trabalho, descobri também o sistema matriarcal africano pela perspectiva de Amadou Hampâté Bâ. O poder de principiar a vida, as várias formas de ser guerreira, a força ao enfrentar a solidão – todas características que podem ser atribuídas à luta das mulheres negras, mas que muitas vezes passam batidas por nosso olhar colonizador.

Mesmo com as mudanças advindas desses 129 anos após a abolição da escravidão,

vidão, as mulheres da Toca fazem da maternidade e da organização matriarcal um lugar de força, assim como fizeram as negras submetidas ao regime escravista pré-abolição. Transformam suas maternidades em algo mais, em outras formas de produzir conhecimento sobre o ser-mãe e sobre o ser-mulher. Elas mostram que existe mãe além das relações mãe-criança e mãe-útero. As mães da Toca têm uma origem, uma identidade compartilhada. Um histórico de luta e de resistência para viver em uma sociedade racista², em que permanece ainda uma ideia escravocrata.

2 Como racismo, é adotado neste trabalho o conceito da psicóloga Lia Varner Schucman no artigo “Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana”, publicado na revista *Psicologia e Sociedade*: “(...) consideramos racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado no conceito de raça. Isso porque, mesmo esse critério não tendo nenhuma realidade biológica, o ato de atribuir, legitimar e perpetuar as desigualdades sociais, culturais, psíquicas e políticas em função da “raça” significa legitimar diferenças sociais” (SCHUCMAN, 2014, p. 86).

CAPÍTULO II:

“

*Fez e faz história segurando esse país no braço*³

”

³ SOARES, Elza. A carne. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=yktrUMocIXw>>. Acesso em: 12 out. 2017.

Quando estaciono o carro na entrada da casa de Verônica, seu rosto logo surge na janela da frente e se abre em uma expressão acolhedora. É um sábado à tarde, depois do almoço; a temperatura está agradável e um vento suave varre as folhas das árvores. O momento é perfeito para tirar um cochilo, não para dar entrevista, mas ela não parece se importar com a minha intromissão. “Achei que não vinhas mais”, diz, com um sorriso. Puxa duas cadeiras, que estão deitadas sobre a mesa da varanda, e nos sentamos para conversar.

Verônica Prudêncio de Jesus, 61 anos, é a imagem perfeita do que a sociedade espera de uma mãe. Se alguém precisa de lugar para ficar, por qualquer motivo que seja, é na casa dela que encontra. Parentes, pesquisadoras (es), professoras (es) do MOBREAL⁴, todo mundo tem pouso lá. Esse, na verdade, foi um dos motivos que me levou a começar as entrevistas por ela.

No final de semana anterior, tinha sido minha primeira visita à Toca. Quem facilitou esse contato foi a psicóloga e pedagoga Gisely Botega, nascida e criada em Paulo Lopes, e também pesquisadora das relações sociais que envolvem as (os) moradoras (es) da comunidade. Seus estudos trabalham a maneira como interagem entre si, como se autorreconhecem e como se relacionam com o resto da população do município.

Da casa da mãe de Gisely – Dona Ida, costureira conhecida na cidade –, levamos menos de cinco minutos para chegar ao nosso destino. “Eles devem viver bem isolados, né?”, foi outra das perguntas que me fizeram quando comecei a contar sobre minhas idas à Toca. Pelo contrário, a comunidade fica logo no início de Paulo Lopes, bastante acessível a quem se der o trabalho de procurar por ela, embora os paulo-lopenses não economizem esforços para apagá-la do mapa.

“Já estávamos há sete dias em Paulo Lopes quando descobrimos que existia esse quilombo. Durante nossas oficinas, tínhamos falado com o pessoal que trabalha na área da saúde, e eles haviam mencionado um bairro sujo, com problemas de saneamento e higiene, mas foi só depois que fizemos a relação entre esse bairro e a comunidade”, conta Náthally Custódio, estudante de Ciências

4 O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBREAL) é um órgão vinculado ao Ministério da Educação e instituído por meio do Decreto n. 62.455/68. Conforme determina o Decreto, a finalidade do MOBREAL é executar a alfabetização funcional e a educação continuada de adultos e adolescentes. As (os) moradoras (es) da Toca começaram a ter aulas pelo MOBREAL logo no início da apuração deste trabalho, em setembro de 2017.

Econômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Em julho, participou da Operação Caminhos do Sul, uma iniciativa do Núcleo Extensionista Rondon da universidade. A ação tinha como objetivo promover, em 22 municípios, oficinas de oito áreas da extensão universitária.

“Quando fomos falar com a secretária que estava ajudando a gente, ela disse que precisávamos pensar bem antes de ir lá, porque as pessoas eram bem fechadas, não muito receptivas... O mesmo discurso que falaram para nós em todas as oficinas – o pessoal do Conselho Tutelar, da área da saúde, do CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], todos eles falavam isso”. Esse discurso não se provou verdadeiro, porque o grupo teve a preocupação e a sensibilidade de levar duas estudantes negras, incluindo Náthally, para conversar com a liderança da Toca.

Conforme eu entrava de carro na comunidade, porém, as pessoas observavam com curiosidade, como a estrangeira que eu era em seu território – desde as crianças que brincavam na rua, das (os) adolescentes que caminhavam em grupo pela estrada principal, até as mulheres que estendiam roupas nos varais. O Outro Absoluto é a expressão que os estudos afro-brasileiros adotam para se referir ao que (ou a quem) é diametralmente oposto, assim como eu.

Fui apresentada primeiro a Natalina, líder da Associação Quilombola e uma das representantes da Toca perante o governo municipal, principalmente quando o assunto está relacionado às necessidades da comunidade. Ela me abraçou por um longo tempo, tão receptiva que senti minhas inseguranças iniciais se esvaírem, mas o alívio durou pouco. Assim que Gisely mencionou meu interesse acadêmico, os olhos de Natalina me avaliaram de um jeito diferente, com mais cautela. Ela garantiu que me receberia na semana seguinte, mas logo me passou uma lista de nomes de outras mães da comunidade, como se esperasse entregar aquela bomba chamada entrevista para outra pessoa.

Durante o tempo em que ficamos na frente da casa batendo papo, Natalina se dirigiu basicamente a Gisely. Contou sobre alguém que havia sido assaltado, os novos acontecimentos da comunidade, mostrou fotos do bisneto recém-nascido. Gisely precisou me inserir no assunto a todo o momento, porque Natalina não me deu abertura e eu também não soube como me aproximar dela.

Percebi que o discurso reproduzido pelas instituições de Paulo Lopes a respeito das (os) moradoras (es) da Toca não é falso, mas equivocados. A falta de diálogo não está relacionada à questão da receptividade, às “pessoas fechadas” que elas (es) veem apenas de longe, em visitas mensais ou apenas ocasionais. Trata-se da ausência de laços de confiança. Trata-se de autodefesa. Mas de que elas (es) precisam se defender? Do cansaço de ter que lidar com as (os) brancas (os) – seja com o preconceito e a discriminação ou com o interesse.

Com Verônica, entretanto, as coisas foram diferentes. Naquele nosso primeiro encontro, já me contou sobre sua vida, sua família, os quatro partos pelos quais passou e as pessoas que abrigou. E, claro, ofereceu hospedagem. “É casa de pobre, mas tem lugar pra ti”, garantiu. “Se quiser passar uns dois, três dias aí, tá convidada”.

Apesar de a Toca ser bem endogâmica, muito pouco miscigenada, Verônica foi uma das poucas pessoas que veio de fora. Nasceu e cresceu no município vizinho, Garopaba, que fica a cerca de 37 km de Paulo Lopes. Casou-se aos 25 anos e foi morar com seu marido na Toca. “Ele nasceu aqui, se criou aqui e ainda está aqui”, faz questão de lembrar, reafirmando assim não só o pertencimento dele, como também o dela, à comunidade.

Antes de ir morar lá, e até cinco anos depois do casamento, trabalhou na roça, e então a lista de ocupações foi ficando cada vez mais longa: lavadeira, diarista em casa de família, diarista no aeroporto Hercílio Luz, cuidadora de idosos e funcionária em uma fábrica de calças jeans. “Depois eu saí, não deu mais. Atacou a coluna, deu a bursite no braço, uh! Aí não prestei mais”.

Pergunto se ela gostava de trabalhar fora ou se prefere cuidar da casa, mas nem precisava ter perguntado, porque a resposta é óbvia: “Gostar, eu não gostava, mas tinha que ajudar. Ah, minha filha... Nós levantava cinco horas da manhã, deixava tudo pronto, aí era sete horas eu pegava o ônibus e saía. Só chegava em casa sete e meia, oito horas da noite, a hora que o ônibus viesse. Ia sábado, voltava segunda-feira de manhã. E já tinha os quatro filhos, né? Eles ficavam aqui”.

Quem cuidava das crianças de Verônica? Não apenas no caso dela, mas de todas as mulheres da Toca que trabalham fora de casa, constrói-se uma rede de cuidado, uma maternidade coletiva. As crianças não são filhas apenas das mães

delas, mas de todas as mulheres do seu núcleo familiar, principalmente das avós e das tias.

Além de matriarcal, a Toca é também uma comunidade matrilocal. Isso significa que o pertencimento dos núcleos familiares passa pelas mulheres: “Depois do casamento de uma filha, o marido vai viver no núcleo dela. Se é um filho, ele vai viver no núcleo da mulher com quem se casou”, explica Nathália Dothling Reis, mestranda em Antropologia Social pela UFSC. A questão do cuidado com as (os) pequenas (os) funciona da mesma forma: “As avós cuidam, mas sempre das crianças das filhas, nunca dos filhos. Se cuidam das crianças dos filhos, é mal visto”.

Verônica é uma exceção. O cuidado de suas (seus) bebês, quando ela e o marido estavam fora ganhando o sustento, ficava a cargo da sogra e das cunhadas. Fica claro que a distância de sua família de origem e a falta da assistência deles foram um obstáculo difícil de ser superado, assim como o tempo que passava afastada das crianças. “Não é como a gente cria”, diz. Para as mulheres da Toca, a criação é tão relacionada ao cuidado quanto à proximidade. Mas tinham quatro bocas para alimentar, e o salário do marido não era suficiente para suprir as necessidades da família.

Zaira Custódio é psicóloga do Hospital Universitário (HU) Polydoro Ernani de São Thiago, que fica nas dependências da UFSC, há 22 anos. Trabalha na clínica obstétrica e na unidade neonatal do HU, principalmente com mulheres em situação de vulnerabilidade: pacientes psiquiátricas, soropositivas, adolescentes, com problemas de dinâmica familiar ou de abandono, gravidezes de alto risco, assim como fetos que venham a nascer com alguma síndrome, prematuros ou mortos. Sua experiência na instituição abrange o cuidado de mulheres de várias classes sociais, escolaridades, orientações sexuais, idades, configurações familiares, entre outras interseccionalidades.

Após todos esses anos de trabalho, Zaira elaborou uma fórmula que define quão bem cuidada será uma criança após o seu nascimento: disponibilidade materna + experiência de vida materna = qualidade da maternidade. “Para mim, isso está muito claro: a disponibilidade materna, pode-se chamar isso de interesse pela maternidade, é que vai dar um sentido diferente na forma em que ela vai

aparecer, essa relação com o bebê”, ela explica. “A disponibilidade vai estar em jogo ali: o desejo de aprender a amar essa criança, de estar junto cuidando dela, de abrir mão das coisas, gerar esse espaço”.

A psicóloga afirma que, hoje, na sociedade “hedonista e egoica” em que vivemos, as mulheres tendem a terceirizar a criação das (os) filhas (os), deixando-as (os) sob a guarda de várias (os) cuidadoras (es) de referência, quando, na verdade, as crianças deveriam ter apenas uma: a mãe. “Essa é a grande dificuldade das mulheres da contemporaneidade. Elas querem ter filhos, mas não querem ser mães. Eu acho que o que tu vais encontrar muito na tua pesquisa é que elas [mulheres quilombolas] têm filhos e são mães. Porque não teve esse apelo do mundo capitalista como o nosso, que impõe na mulher o exercício de vários papéis. Não condeno isso, mas pense antes de ser mãe. Tudo bem que queira ser liberal, ter autonomia, trabalhar fora e estudar. Perfeito. Mas ter filho em um contexto desse é uma crueldade”.

No caso das mulheres quilombolas, em que a “terceirização da maternidade” é delegada às mães, avós, irmãs, cunhadas e tias, as exigências tornam-se mais flexíveis: “Isso dá uma legitimidade, dá esse holding, que a gente chama, que é o ambiente capaz de conter, coisa que os nossos não têm. Os nossos são muito criados bonitinhos pro inglês ver. Prepara um quatinho lindo, traz coisa de Miami, babá eletrônica”, observa Zaira.

Quanto às mulheres não-quilombolas, as obrigações das chamadas “boas mães” há muito tempo são consideradas opressivas e desvalorizadas tanto por pesquisadoras (es) do tema quanto por militantes do movimento feminista. Há uma discussão intensa, originada durante a segunda onda do feminismo – entre as décadas de 1960 e 1980 –, sobre a obrigatoriedade do ser-mãe, a desconstrução do amor materno como instinto, as diferenças entre maternidade e maternagem, assim como a não-exclusividade das mulheres em relação ao cuidado com as (os) filhas (os). Já nesses casos, a fórmula que indica a qualidade da maternidade poderia ser apontada como incompleta, pois não inclui a disponibilidade paterna, a formação de vínculos entre criança e mãe, o planejamento da gravidez, entre outros fatores que poderiam alterar o resultado da equação. Ao falarmos de mulheres quilombolas, então, a matemática se torna muito mais complexa.

Como adaptar essa fórmula a uma comunidade que se configura de maneira diferente daquela que conhecemos? Como aplicá-la à vida de mulheres que, como Verônica, mal tiveram oportunidade de iniciar o ensino fundamental? Que foram, durante suas vidas inteiras, relegadas a empregos subvalorizados social e economicamente? Que resistem diante de um passado histórico de opressão e discriminação? Ou que tinham quatro, cinco, oito bocas para alimentar?

Verônica conta da situação de miséria em que viviam no começo da vida conjugal e de todos os sacrifícios que precisaram fazer para sustentar as crianças. “Ai, minha filha! Isso que foram criados no leite de vaca. Mas Leite Ninho, Mucilon, essas coisas nunca comeram. Os meus filhos, o que comiam era farinha de mandioca. A gente pegava, coava aquela água numa fraldinha bem fininha. Aí o polvilho ia assim no fundo da panela, ali fazia o mingau pra eles. Filhos meus nunca ganharam uma fralda de pano porque não tinha condições de comprar. A minha sogra era muito boazinha: ganhava lençol dos outros, rasgava e fazia fralda. Mais de 15, 20 paninhos de lençol, botava e deu”.

A essa altura da conversa, a expressão receptiva deu lugar a um olhar pensativo e distante. Sei que Verônica não está mais ali. Os pensamentos dela estão agora no passado, nas memórias difíceis que ela continua narrando. Nas estradas fechadas por bananeiras e cafeeiros, acidentadas por causa de pedras que elas tinham que pular para chegar a casa. Na falta de luz e água, nas tardes que passou exercendo seu ofício de lavadeira no poço. Nos baldes de água que carregou até o tanque, na quantidade de roupas que torceu e deixou secar ao sol, só para começar tudo de novo no outro dia.

“Antigamente, tinha posto de saúde, mas não tinha carro. Pra ir pra maternidade, tinha que pagar um carro ou algum vizinho que tivesse. Se não fosse um particular, a gente tinha que ir de ônibus”, ela relembra. “Quando meu sogro infartou, pra ir daqui na farmácia... A sorte é que o genro do vizinho era motorista. Porque senão ele morria ali. Podia até ter táxi, mas nem telefone tinha. Agora todo mundo tem telefone, até os cachorros. Mas, antes, dentro de Paulo Lopes mesmo, nem orelhão tinha”.

Nessa última fala de Verônica, percebo duas coisas que se repetem nas narrativas das outras entrevistadas. A primeira é a reclamação quanto à falta de transporte público, que vem desde as origens da comunidade e continua limitando a

mobilidade das pessoas que moram lá. A Toca não fica longe dos serviços essenciais, como o atendimento no posto de saúde, a escola das crianças, o Centro de Referência de Assistência Social, os mercados, as farmácias. Mas para Verônica, por exemplo, ou para as (os) moradoras (es) mais velhas (os) da comunidade – que sofrem de vários problemas de saúde em razão do trabalho pesado realizado ao longo da vida –, essa distância curta se torna muitas vezes uma barreira.

A segunda percepção está na maneira como as mulheres, assim como as outras pessoas que vivem na Toca, referem-se às localidades além de seu território: “dentro de Paulo Lopes”, “lá em Paulo Lopes”, “quando eu vou pra Paulo Lopes” foram frases que ouvi repetidas vezes durante as entrevistas. Como se a Toca não pertencesse a Paulo Lopes – um território central demais, excludente demais, quase estrangeiro, que elas visitam quando têm necessidade de algo que realmente não podem encontrar ali. E essa distância é mais que uma barreira. Parece mesmo intransponível.

Como poderiam se sentir parte de um lugar que faz de tudo para apagá-los? De livro em livro de história, em especial o *Paulo Lopes: uma breve história de uma terra e de seu povo*, de Manoel Venâncio Machado, a criação do município é contada sempre da mesma maneira: no século XVII, colonizadores açorianos se estabelecem na região, dividindo as terras em sesmarias e fazendo-as prosperar de acordo com seus esforços. Desenvolve-se a agricultura, a produção de cerâmica, então o comércio, os sistemas de transporte e de ensino.

Menções são feitas ao “braço forte e corajoso do negro escravo” que ajudou a construir o corpo humano chamado de sociedade (quem será o cérebro?), mas, dentre os nomes que “enobreceram a terra”, figuram apenas homens brancos. Conto pelo menos nove Manoéis, mas nenhum deles é Manoel Felipe, que, ao lado da esposa Avelina Felipe, esteve entre as (os) primeiras (os) moradoras (es) da Toca. Quanto às minorias, são sempre citados os “deslumbrados” índios carijós, que ora aparecem como aqueles que ajudaram o português Paulo Lopes a plantar milho e a produzir farinha de mandioca, ora como aqueles que dificultaram a colonização do território.

O “bairro chamado Santa Cruz” dá o ar de sua graça apenas quando é mencionada a localização do cemitério da cidade, e foi escolhido para sediá-lo por haver “possibilidade de ampliação”, talvez por acharem que lá não existia nada

nem ninguém. E o ponto alto da pesquisa: “A população é constituída quase de uma só origem, a açoriana, mas de uns anos para cá começaram a aparecer italianos, alemães e outros”.

É só no fim do livro que aparece Maria Pereira de Jesus, uma das moradoras da comunidade, descrita da seguinte forma: “(...) figura folclórica do município, nasceu na localidade Toca, hoje chamada Terra de Santa Cruz. Teve vários filhos e é muito estimada pelo povo”. Abaixo do trecho, uma foto em preto e branco de Maria. Ela ostenta uma expressão séria, olhando para a câmera, e veste o que parece ser uma regata branca com alguns vincos na frente.

Esse abismo histórico é um dos fatores que separa as (os) negras (os) que moram na Toca das oportunidades de ascensão social e econômica. Desde que se originou a comunidade, as mulheres, em sua maioria, trabalham nas casas das pessoas brancas da cidade como babás, cozinheiras, diaristas. Nathália explica que essas ocupações são quase sempre sem carteira assinada, prejudicando-as em relação à aposentadoria. Além disso, entre as mais velhas da comunidade, existe uma tendência geral de doenças ligadas ao trabalho, como problemas na coluna, no joelho, hérnias, bursites. “E também acabam se alimentando de carnes muito baratas, muito gordurosas. Têm diabetes, pressão alta, é bem geral”.

Verônica conta de uma reunião, realizada na Cooperativa de Eletricidade de Paulo Lopes (CERPALO), sobre a comunidade negra da cidade. “Eu não fui, porque quando começo a falar, não paro mais”, ela diz. Mas sua filha mais nova participou. “Ela chegou e disse: ‘O problema da comunidade e das famílias brancas daqui de Paulo Lopes é que não dão valor pra gente. Aqui tem bastante loja, bastante mercado, tem lotérica, de tudo tem. Mas vai botar um currículo pra ver. Eles não dão serviço pra uma família negra’”. E completa a fala da filha com seus próprios pensamentos: “Não sei se eles não gostam, tem nojo, ou acham que botando uma negra ou um negro no balcão, ou mesmo que seja de diarista, não vai ter freguesia. Sai prefeito, entra prefeito, sai vereador, entra vereador. Ninguém dá nada pra ninguém. Então é o seguinte: a família negra é o produto mais barato que tem no mercado”.

“Olha, eu não queria, mas aconteceu, fazer o quê? Eu queria filho, mas não tão cedo como tive. E também queria só um. Mas não é ruim, não, é bom. Um ajuda o outro. Agora vê só, tenho quatro filhos e já sou avó de oito netos”, conta Verônica.

Na Toca, e nas comunidades remanescentes de quilombos em geral, a maternidade é uma situação muito natural, quase impregnada de inevitabilidade. Nathália explica que o ser-mãe quilombola é vital, porque as comunidades só existem enquanto houver perpetuação das famílias. “Mesmo sendo mulher negra, minha vivência é muito diferente. Não tenho vontade de ser mãe, por exemplo, e elas viviam me perguntando sobre isso. Então não cabe falar pra elas de um feminismo que o tempo inteiro me disse que não ser mãe ia me ajudar, ia me empoderar, porque aí posso estudar e trabalhar fora”.

Em qualquer lugar da Toca, há sempre uma criança. Para as mulheres da comunidade, só há espaço para elas se suas (seus) filhas (os) também puderem estar presentes. E, considerando que o ser-mãe delas se estende além da maternidade biológica, esse espaço precisa ser ampliado para que caibam também sobrinhas (os), netas (os) e qualquer outra criança do núcleo familiar.

Verônica é o tipo de pessoa que revela as verdades aos poucos, quase sem se dar conta. E, na maioria das vezes, são verdades que nem ela mesma percebe que sabe. Só depois de algum tempo de conversa fui entender que a condição quilombola não é o único motivo para essa inevitabilidade do ser-mãe. Muito disso também se deve à falta de informação.

Quando pergunto se usava algum tipo de método contraceptivo, ela afirma que não, porque “um dizia que era bom, outro dizia que era ruim”. A mesma coisa com relação ao parto, que “uma dizia que era uma coisa, outra dizia que era outra”. No relato dela, o medo de ter filhos era relacionado às histórias de outras mulheres da Toca, que lhe contavam casos de violências verbais praticadas pelas enfermeiras.

Mas Verônica explica que, depois de ter suas filhas e seu filho, percebeu que o medo era injustificado. “Não! Não era verdade. Depois eu levei as minhas cunhadas, porque as minhas cunhadas era eu que levava pra maternidade, elas não iam sozinhas. Aí eles deixavam a gente assistir ao parto e tudo. Eu pensei: ‘Meu Deus, não é nada conforme eles falavam’”. E então, como se quisesse comprovar suas palavras, conta a experiência de sua sobrinha: “A enfermeira foi fazer exame e ela começou a fechar as pernas. Aí a mulher embrabou: ‘Ah, pois é, mas na hora de dar vocês não fechavam as pernas. E como é que fecha agora, na hora de fazer exame?’. Daí eu disse pra ela assim: ‘É, Daniela, tu tens que pensar, porque na hora de dar, tu desse, mas na hora de fazer exame, não?’. ‘Ah, mas dói’, ela disse. ‘Quem não sabe que vai doer? Então tu tem que cuidar, porque senão tu fica em casa pra ganhar em casa’. E a enfermeira não atendeu: ‘Ah, fica aí pra amanhã, quando o médico vier, não quero nem saber’”.

Verônica não sabe, provavelmente porque ninguém nunca falou para ela, mas a Lei Estadual n. 17.097, de janeiro deste ano, caracteriza como violência obstétrica “todo ato praticado pelo médico, pela equipe do hospital, por um familiar ou acompanhante que ofenda, de forma verbal ou física, as mulheres gestantes, em trabalho de parto ou, ainda, no período puerpério”. A conduta da enfermeira que atendeu a sobrinha dela feriu pelo menos seis parágrafos do art. 3º desta lei:

I – tratar a gestante ou parturiente de forma agressiva, não empática, grosseira, zombeteira, ou de qualquer outra forma que a faça se sentir mal pelo tratamento recebido;

II – fazer graça ou recriminar a parturiente por qualquer comportamento como gritar, chorar, ter medo, vergonha ou dúvidas;

IV – não ouvir as queixas e dúvidas da mulher internada e em trabalho de parto;

VII – recusar atendimento de parto, haja vista este ser uma emergência médica;

XI – submeter a mulher a procedimentos dolorosos, desnecessários ou humilhantes;

XV – fazer qualquer procedimento sem, previamente, pedir permissão ou explicar, com palavras simples, a necessidade do que está sendo oferecido ou recomendado.

Outros documentos garantem, mais especificamente, a saúde das mulheres pertencentes a minorias étnicas, como a Declaração de Adelaide, elaborada na II Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, em abril de 1988. A Declaração identifica como uma das áreas prioritárias para a promoção de políticas públicas o apoio à saúde da mulher: “Todas as mulheres, especialmente aquelas de grupos étnicos, indígenas ou outras minorias, têm o direito à autodeterminação de sua saúde e deveriam ser parceiras plenas na formulação das políticas públicas voltadas à saúde, tendo assim assegurada sua identidade cultural. Esta Conferência propõe que os países comecem a desenvolver planos nacionais para a promoção de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, nos quais os pontos da agenda do movimento de mulheres fossem respeitados e priorizados, incluindo como sugestão as seguintes propostas: igualdade de direitos na divisão de trabalho existente na sociedade; práticas de parto baseadas nas preferências e necessidades das mulheres; mecanismos de apoio à mulher trabalhadora, como: apoio a mulheres com crianças, licença-maternidade, licença para acompanhamento dos cuidados a filhos doentes”.

A primeira filha, a mais velha, Verônica teve na maternidade, aos 26 anos. Seu medo das enfermeiras era tanto que ela fingia não sentir dor para não ser repreendida. Não reclamava, não gritava ou gemia. “Só fazia uma carinha feia e ficava”, ela observa. Quando via que a dor estava ultrapassando seus limites, pedia para se sentar, mas as enfermeiras negavam. Diziam que precisava andar para acelerar o parto. E todo o tempo em que estava no hospital, ela pensava: “Eu prefiro ganhar sozinha, pra quando elas chegarem eu já ter ganhado”. Como resultado, pariu sozinha, na maca, sem a presença de profissionais ou familiares.

O segundo filho, nove meses depois, quis ter em casa. Comprou tesoura cirúrgica, bacia nova, álcool, algodão. Quando viu que era a hora, chamou a sogra, que era parteira, mas não deu tempo. Teve que esterilizar tudo ela mesma e, mais uma vez, fazer do parto uma experiência solitária.

De um modo geral, não é apenas o parto que se torna uma vivência desamparada para as mulheres da Toca. O casamento, às vezes, acaba se mostrando uma via de mão única, uma relação quase unilateral, principalmente no que se refere ao cuidado das crianças. A cada vez que Jorge, marido de Verônica, mudava de emprego, a distância só fazia aumentar. Quando trabalhou em Barreiros, São José, vinha para casa nos finais de semana. Depois, em Chapecó e Videira, as visitas se limitavam a uma vez por mês. Licença-paternidade era uma lenda; um ou dois dias depois do nascimento, como ela conta, ele já era chamado de volta para a rotina de trabalho. E mesmo a maternidade coletiva não substituiu a presença do pai.

Além das três filhas e do filho biológicas (os), Verônica faz questão de falar das (os) de criação: suas próprias netas e outras crianças da comunidade. “De família branca, não é de família negra, não. A neta dessa mulher aí, ó”, ela aponta para o terreno de uma das vizinhas, “eu cuidei, ela foi embora com cinco anos. Cuidei de mais um também, do farmacêutico. Quando o menino foi embora pra Criciúma, tinha três anos. Hoje já tá um homem e ainda chama eu de mãe”. Agora, a cunhada de Verônica tem uma neta, mas a menina se apegou tanto à matriarca que não fica com mais ninguém.

Em suas pesquisas sobre as relações de parentesco na Toca, Gisely Botega observou que o ser-mãe de criação é uma forma de marcar um lugar na rede familiar que sustenta o núcleo. E muito do que Angela Davis observava nas mulheres escravizadas, durante o período pré-abolição, é observável ainda hoje na realidade das mulheres negras: entre a cruz e a espada, elas precisam escolher entre deixar suas crianças em casa para poder ajudar no sustento da família ou dividir sua atenção entre as (os) próprias (os) filhas (os) e as crianças de famílias brancas.



Foi unanimidade: todas as mulheres da Toca com quem conversei assumiram que os papéis de liderança na comunidade são femininos. Atribuem esse destaque a valores como força, vontade, iniciativa, coisa que – fazem questão de frisar – não encontram nos homens.

“Mas olha, quantas reuniões teve aqui, meu Deus, e não aparece um homem!”, reclama Verônica. “Só vai as mulheres. As mulheres que têm que resolver. Se der, deu. Se não der, não tão nem aí”, ela faz um som de desdém. Em uma dessas reuniões, para decidir o destino de uma ferrovia que acabaria passando pelo território da comunidade, um dos responsáveis pelo projeto perguntou para ela se ali não tinha homem. Verônica respondeu: “Olha, nossos homens eu não sei nem onde que anda. Nós temos filhos, mas eu sei lá de onde é que veio. E se tem que ganhar alguma coisa de terreno, vem falar comigo que eu dou o preço”.

Durante o tempo em que ficou hospedada na casa de Verônica, Nathália observou as relações entre independência e situação financeira das mulheres da Toca. Constatou que, mesmo não sendo as responsáveis pela renda familiar, aquelas que não trabalham fora continuam em uma posição de poder na família e na comunidade, como é o caso de Verônica. “Todo o dinheiro que Jorge ganha é entregue a ela, que paga as contas, que ajuda uma das filhas, o filho. Ela que administra tudo. Acho que, algum tempo atrás, antes de estar com elas, eu pensaria: tá, mas mesmo assim, é dona de casa, não é a mesma coisa. Mas elas se sentem muito empoderadas. Principalmente quando Verônica me conta que, antes, tinha que trabalhar na casa dos outros, tinha que cuidar da casa dos outros, tinha que cuidar dos filhos dos outros, e hoje em dia pode cuidar da própria casa”.

Para Nathália, existe, nessa perspectiva, outra valorização do trabalho privado e doméstico. Fazer comida, cuidar da casa e da família não significa trabalhar para o marido ou para as (os) filhas (os). Adquire um sentido de poder, de relevância. Na concepção dessas mulheres, nutrir as pessoas que moram ali, preparar o alimento, é uma capacidade que só elas possuem. Principalmente as mais velhas, que são responsáveis pelo cuidado de todo o núcleo familiar. “Quem é

mais velho viveu outras épocas”, ela explica, “sabe muita coisa. Existe um reconhecimento muito grande da velhice, da sabedoria”.

Mesmo com o enaltecimento dessa sabedoria e do acúmulo de experiências que elas adquiriram durante a vida, Verônica não se coloca como mais importante do que as outras mulheres da comunidade. Quando pergunto quem está nos papéis de liderança, ela é enfática: “As mais velhas e as mães, sim. Mas quem não é também tá. Não tem uma que fica por baixo da outra, é tudo igual. Não adianta dizer que não é porque a gente vê”.

CAPÍTULO III:

“ Vai dar mó treta quando disser que vi Deus,
Ele era uma mulher preta⁵ ”

“Da Associação e de fundação também, porque eu tô aqui desde que a comunidade foi fundada”, faz questão de afirmar Natalina Felipe, 65 anos, quando pergunto sobre o papel dela como liderança da comunidade. Sendo a primeira presidenta da Associação Quilombola de Paulo Lopes, representa os interesses da Toca e das pessoas que moram lá, principalmente em reuniões com autoridades e agentes públicas (os) do município. “Só a única coisa é que a nossa Associação e a nossa comunidade são muito esquecidas. Aqui falta de tudo, falta saneamento básico, falta muitas casas pra endireitar. Não fazem porque não querem, porque não têm vontade de fazer”.

Mesmo que não tenha nascido na Toca, que seja “natural de lá de baixo, do Centro de Floripa, da General Vieira da Rosa”, foi – e ainda é – um elo importante entre a comunidade e a identidade negra. É na casa dela que acontecem os encontros entre moradoras (es) e representantes do Movimento Negro Unificado (MNU) de Santa Catarina. É também por meio dela que persiste a prática da umbanda tanto como religião quanto como forma de resistência.

Antes de minha primeira visita à Toca, e mesmo durante a apuração, Gisely me disse algumas vezes que as conversas com Natalina não seriam tão abertas quanto as que tive com Verônica. “Demorou um ano até que ela se sentasse comigo e conversasse sobre religião para a minha tese, e você tem menos tempo que eu”, alerta. Ela está certa, é claro. No momento em que falo sobre minhas intenções de entrevistá-la, quase posso enxergar a barreira que Natalina começa a construir entre nós. Ainda assim, não recusa uma conversa. Deixando de lado as desconfianças, aceita me receber no final de semana seguinte.

No dia marcado para a entrevista, uma tarde com vento demais para o último sábado de agosto, a matriarca me recebe com simpatia, mas ainda um pouco ressabiada. Por um momento, pergunto-me o que se passa na cabeça dela quando me vê ali. Talvez achasse que eu fosse desistir. Talvez nem lembrasse mais quem eu era até me encontrar parada à sua porta, esperando por uns minutos de prosa e algumas boas histórias. De qualquer forma, vamos juntas até o ponto de ônibus que fica em frente à casa dela – uma estrutura meramente decorativa, já que não passa nenhuma linha por dentro da comunidade – e nos sentamos para conversar.

As falas de Natalina estão todas muito relacionadas à união e à família. Ela me conta que está casada com Nilzo Felipe, um dos moradores mais antigos da comunidade, há 49 anos, que os dois estão perto de comemorar as bodas de ouro. Suas vidas se cruzaram quando Nilzo foi passar uns tempos com a madrinha, nos arredores da casa de Natalina em Florianópolis. “A gente estudava à noite e a prima dele também. Daí eu passava na prima dele pra nós ir, e a gente começou a se encontrar”, ela conta, quase distraída. E, como tudo o que diz tem uma profundidade desconcertante, acrescenta: “Mas a gente está vivendo. Aos trancos e barrancos, um dia bom, um dia ruim. Porque o mundo não é só de rosas. Se fosse só de rosas, não havia tantas coisas como tá havendo agora”.

Teve oito filhas (os) biológicas (os) e quatro de criação, mas esse número muda com frequência, porque sempre surge alguém que precisa ser incluída (o) nos cálculos. Quando fala da família, não esconde o carinho na voz. Percebo o sentimento mais forte em alguns momentos, como quando conta, por exemplo, sobre o neto Donizete. Os olhos de Natalina o acompanham quando passa por nós na estrada principal da comunidade; o sorriso dela não é apenas de avó, mas sim de mãe.

Depois de passar um tempo morando na casa da matriarca e logo ter que voltar a viver com os pais, ficou doente e precisou ser hospitalizado. “O médico não conseguia descobrir o que ele tinha ou que remédio precisava dar. O menino só chamava por ‘mamã, mamã’. Daí perguntaram pra mãe dele quem era essa ‘mamã’, e ela disse: ‘Só pode ser a vó’”. Natalina e Nilzo foram ao hospital visitar o neto e testar a hipótese. Não deu outra: quando viu o casal, Donizete abriu um sorriso e reagiu pela primeira vez desde que fora internado. “Daí viraram ele pro outro lado, só pra ver, e ele começou a chamar por nós. Quando viraram o menino de volta, sorriu de novo. Daí o pai dele disse: ‘Se for pra ficar doente por causa de besteira, então deixa ele morando lá com ela’”. E foi assim que Natalina ganhou mais um filho de criação.

A expressão dela também se ilumina quando fala da neta Andressa e de quando a menina foi modelo para uma propaganda de uma rede nacional de óticas. Seu orgulho fica ainda mais evidente quando digo que Andressa é linda e observo que as tranças cor-de-rosa das duas combinam.

Quando Natalina veio morar na comunidade, as coisas eram tão diferentes que parecia outro planeta. “Isso aqui já tem nome de Toca porque era mato por cima, mato por baixo, era que nem um esconderijo no mato. Depois foi se abrindo, com a graça de Deus”. Durante sua pesquisa de mestrado, sobre o autoconceito das crianças negras moradoras da comunidade, algumas das avós também explicaram a Gisely o porquê do nome: além do mato que encobria as estradas, das condições precárias e da falta de luz elétrica, a ideia de “toca” era associada ao lugar onde moravam (ou se escondiam) os bichos.

Em minha conversa com Verônica, ela já havia me contado que não dava para fugir desse reconhecimento. “Quando a gente queria fazer uma prestação, comprar coisa lá em Florianópolis, a gente já falava: ‘Leva na Toca’. Porque se tu perguntar onde é a Toca, todo mundo conhece. E se tu perguntar onde é Santa Cruz, muita gente não sabe onde é. A Rua Manoel Felipe, aí mesmo que piorou. Mês passado, eu fui lá embaixo fazer uma prestação, aí eu disse: ‘Vocês botam Rua Manoel Felipe, Santa Cruz, mas bota aí o nome Toca, porque quem levar e perguntar já sabe’”.

Logo em meu primeiro dia na comunidade, porém, sou informada de algo que me surpreende: Natalina vai embora. Há meses, vem planejando e se organizando para ir morar no bairro Capoeiras, em Florianópolis. No fundo, no fundo, ninguém acredita que ela tenha coragem de deixar seu cantinho para trás, mas a matriarca jura que vai seguir com a ideia. Está só esperando os preços do aluguel diminuírem, porque “não vou morar numa casa que não posso pagar”. Quanto maior o número de quartos, mais parentes quer levar com ela.

Em uma outra visita – já estamos no fim de outubro –, o combinado mudou: o homem de Capoeiras “tava enrolando demais”, então o plano agora é se mudar para o bairro Tapera, também em Florianópolis e perto do terreiro que ela frequenta. Mas não é imediato, claro. As crianças precisam terminar o ano letivo antes de trocarem de escola.

Pergunto o porquê dessa decisão, já que Natalina é a presidenta da Associação e seu papel é de extrema importância na defesa dos direitos da comunidade. Ela me responde, evasiva, que nunca é bom ficar muito tempo no mesmo lugar.

Algumas pessoas me contam que a situação financeira – de sobrevivência, como diz a própria Natalina – não está tão favorável para o núcleo familiar dela e que esse seria o motivo da ida. Essa, entretanto, é uma suspeita que só posso confirmar com ela e prefiro não forçar a barra. Mesmo assim, Natalina deixa bem claro: está indo embora, mas “tem sempre uma casinha aqui pra eu voltar”.

Antes mesmo da conversa no ponto de ônibus decorativo, vamos até os fundos da propriedade, onde estão a neta de Natalina, o marido da menina e o filho recém-nascido deles – às vezes, chamado de Wesley; às vezes, de Safadão. Fazia uma semana que a mãe, de 16 anos, chegara da maternidade, então era compreensível que Wesley fosse pequeno, mas eu nunca tinha visto um bebê tão minúsculo. O rostinho fino e liso praticamente sumia em meio às camadas de cobertor que o protegiam daquele vento chato invadindo o quarto por entre as frestas. Ter vindo ao mundo prematuro e mal pesar dois quilos não o tornava menos adorável, tão adorável quanto qualquer outro bebê, como também não diminuía o orgulho na voz e na expressão de Natalina ao erguer o bisneto para que eu pudesse enxergá-lo perfeitamente.

“Sábado que vem é o chá de bebê”, ela conta, ajeitando-o no colo. “Era pra ser antes de ele ter nascido, mas o danado não esperou”. Não deixo passar a brecha e, esquecendo todas as regras da boa educação, logo me convido para participar da festa. A bisavó de Wesley não parece me achar mal-educada – ou, se achou, não demonstrou ao autorizar minha presença. Prometo a ela que vou levar a câmera e fazer umas fotos para compensar minha intromissão.

Uma mesa repleta de docinhos e salgadinhos, com um bolo enorme no centro, é o que me espera quando chego à comemoração, na semana seguinte. A decoração é simples: balões brancos e azuis, TNT forrando as superfícies e bebezinhos negros feitos de papel emborrachado colados nas paredes. Uma cesta de vime cheia de sapatinhos azuis produzidos com o mesmo material dos bonecos foi colocada estrategicamente na entrada. Cada um deles tinha dentro um saquinho de balas de goma e uma etiqueta que dizia:

Lembrança do

Chá de Bebê

Wesley

Paulo Lopes, 02 de setembro de 2017

Tanto as lembrancinhas quanto a decoração foram feitas por Maura, que é nora de Natalina. Os conhecimentos sobre artesanato são passados às mulheres da comunidade em oficinas realizadas pelo CRAS, mas ouço de todo mundo que Maura é a mais talentosa.

Não sei quanta gente foi convidada, mas minha impressão é de que toda a comunidade passou para dar uma olhadinha no bebê. Enquanto Wesley dorme um sono pesado, Natalina corre de um lado para o outro, servindo, trazendo mais doces, cumprimentando todo mundo. É como se estivéssemos nos encontrando pela primeira vez: tenho certeza de que ela é a pessoa mais contente daquela festa.

No meio do bate-papo, escuto a voz alta de Natalina se sobressaindo conforme conta uma história a Gisely. Não sei bem do que se trata, mas reconheço o tom defensivo que as matriarcas usam quando narram suas experiências com pessoas de fora da Toca. “Eu tava aqui em casa mexendo as panelas e só pensando nisso, só matutando”, ela começa, mexendo o braço como se manuseasse uma colher invisível. “Daí botei a mesa, servi todo mundo e nem me sentei pra almoçar. Fui direto lá pra baixo, lá pra Paulo Lopes”. Então relata seu encontro com alguma autoridade do município, que não sei quem é porque perdi o começo do caso, mas não tenho dúvidas de que deve ter tremido na base. “Você cale a sua boca que eu estou falando!”, Natalina grita. Ergue o dedo e abre bem os olhos, encenando como se impôs frente ao homem branco que ousou desafiá-la. “É a minha vez de falar!”, repete, e logo conclui: “É sempre assim que eles fazem com o pessoal da Toca”.

“Paulo Lopes desde os primeiros tempos conservou-se católica e o povo era muito praticante. Hoje existem *outras seitas de pequena expressão*”, é o que afirma o autor de *Paulo Lopes: uma breve história de uma terra e de seu povo*. Quando pergunto a Natalina sobre a umbanda, o sorriso que ela me dá deixa claro que não há nada de pequena expressão em sua fé. Sem dizer nada, me mostra seu altar, cheio de elementos e figuras que não reconheço por causa do meu total desconhecimento quanto à religião.

Tento conversar com ela sobre o assunto, obter algumas explicações, mas Natalina é hesitante como sempre. No início, essa hesitação me preocupava; hoje, acho que é uma das coisas que mais gosto a respeito dela. Fez com que eu não tivesse tudo de mão beijada, incentivou-me a buscar as informações de outras fontes, mesmo que as palavras dela contassem tudo de forma única.

Natalina frequenta os terreiros desde que se entende por gente, e é ialorixá – ou mãe de santo, em um termo mais popular. *Iyá* é uma palavra derivada da língua iorubá e quer dizer “mãe”. Isso significa que ninguém no terreiro faz nada sem sua autorização. Depois de ter cruzado várias etapas de seu desenvolvimento na religião, ela agora precisa prestar o que chama de “obrigações de 21 anos”, fazendo oferendas em agradecimento aos Orixás. Pergunto o que é ofertado nessas obrigações, e o suspiro dela é tão chateado quanto a resposta: “Ô, minha filha! É tanta coisa... Tem uma lista cheia de coisa que eu preciso levar. Depois tu pega com a Gisely, ela tem pra te passar”.

A relação tem quatro páginas e está dividida em 11 categorias: enxoval, aves, bebidas dos Orixás, material para comida de santo, materiais diversos, louças da camarinha (um ritual da umbanda), material de búzios, rancho da semana, produtos de limpeza, comidas para semana, sugestão de comida para festa. Além de uma quantidade considerável de comida, para alimentar os Orixás e todo o povo de santo que frequenta o mesmo terreiro que Natalina, a lista ainda pede toalhas, fronhas, travesseiros, roupas, calçados, velas, pedras, pratos, colheres, taças, incensos... Ou seja, uma quantia que ela talvez não possa bancar.

Estudos como os de Ademir Barbosa Júnior, presidente da Associação Brasi-

leira de Escritores Afrorreligiosos (ABEAFRO), explicam que a matriz africana é apenas uma das que compõem as diversas Casas da umbanda. Congregam elementos do cristianismo e do espiritismo, bem como de religiões indígenas e orientais, atribuindo ao culto um caráter ecumênico e variado em suas especificidades.

No passado pré-abolição, pessoas escravizadas eram divididas em grupos culturalmente diferentes, para desincentivar tanto as revoltas quanto os cultos que a sociedade branca relacionava ao mal. De forma velada, as (os) negras (os) associavam seus Orixás às santas e aos santos católicos (os), estimulando o sincretismo religioso e a pluralidade de manifestações espirituais na umbanda.

Ainda hoje, porém, as (os) praticantes precisam lidar com a desinformação e com os olhares preconceituosos de outras (os) sobre sua fé. Segundo dados do Disque 100, de 2011 a 2016, o número de denúncias por discriminação religiosa aumentou de 15 para 759 por ano. Isso significa um crescimento de 5060% em cinco anos. No ano passado, 9,75% das vítimas dessas denúncias eram umbandistas, perdendo apenas para os 62,98% da religião “não informada”.

Esse senso de “maldade” que o imaginário histórico-social atribuiu e atribui à umbanda se reflete também nas relações estabelecidas dentro das próprias comunidades remanescentes de quilombos. “Nas duas que eu visitei, quase todo mundo é católico”, explica Nathália. “E na Aldeia, por exemplo, tem a benzedeira, que é a figura de resistência nesse processo todo, sabe? Desde a África até hoje. Porque ela trabalha com espíritos, com Preto Velho, mas ao mesmo tempo fala em Jesus, em Deus. São elementos católicos, africanos, é um sincretismo”.

Esse é o sincretismo considerado aceitável, porque, como a maioria da população das duas comunidades é católica, não há uma receptividade com as religiões de matriz africana. “Dona Natalina é o ser que muda tudo na Toca. E, realmente, a aceitação é mínima, as pessoas falam mal. Quando elas comentavam sobre benzedura, eu perguntava: ‘Tá, mas benzer não era bom?’. Aí elas respondiam: ‘É, mas é outra coisa. É outra benzedura’”, observa Nathália.

De acordo com a mestrandia em Antropologia, a não aceitação tem a ver com o processo de colonização. A resistência, encarnada tanto na imagem da benze-

deira quanto na prática das religiões de matriz africana, não significa uma continuidade do que foram em suas origens. O próprio sincretismo e as mudanças que ele trouxe fazem parte dessa luta empreendida no Brasil e em todas as Américas. “É tipo assim: ‘A gente não consegue continuar sendo o que sempre foi, mas não vai virar o que vocês, dominadores, querem. A gente vai ser algo novo’”.

Como pesquisadora e mulher negra, Nathália fala sobre suas vivências familiares, a imagem de “coisa do mal, do demônio, de macumba” que seus próprios avós associavam à umbanda e ao candomblé. “É um discurso colonial, que faz até com que nós, negros, que descendemos disso, queiramos nos distanciar da negritude. Vamos internalizando isso. Porque quanto mais perto da negritude estamos numa sociedade racista como a nossa, pior é a nossa vida. Quanto mais você se afasta disso, mais fácil vai poder viver nesse ambiente”.

Natalina, porém, não esmorece. Embora tenha montado um terreiro na comunidade, precisou parar com as sessões quando mudou de casa; mas vem agilizando as coisas para reabri-lo. “Já tô ligando a luz na garagem e tudo”, promete.

A determinação dela tem tudo a ver com Ogum, seu Orixá pessoal – ou, como é chamado na umbanda, seu pai de cabeça. Na religião católica, Ogum corresponde a São Jorge, retratado sempre em sua batalha contra o dragão. Ademir Barbosa Júnior explica que Ogum vive pelas estradas, lutando, e que simboliza a criação de novos caminhos. Mais do que abrir passagens, ele liga um lugar a outro. E que coincidência: não é isso que Natalina faz com a Toca e a identidade negra?

CAPÍTULO IV:

“

Não sou a subalterna que o senhorio crê que construiu⁶

”

6 Eduardo, Mulheres negras. Interpretação: Yzalú. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=122kw-dWN-v0>>. Acesso em: 29 out. 2017.

No começo de setembro, bem no meio da semana, recebo uma mensagem inesperada de Gisely: Lúcia havia falecido. Das matriarcas, ela era a mais velha, provavelmente a que tinha mais histórias para contar. Deixou 14 filhas (os), um filho de criação, 31 netas (os), duas (dois) bisnetas (os), além de uma comunidade inteira que a chamava de mãe e agora se sente órfã de uma das mulheres mais importantes da história da Toca.

“Durante o tempo que passei vivendo lá, tentei fazer algumas perguntas a ela, mas, pela idade que tinha, a conversa já não rendia mais”, conta Nathália Dothling. “Então eu aproveitava os dias de oficina, quando as mulheres precisavam caminhar até o Centro de Assistência Social e ela acabava ficando para trás. Ia andando devagarinho e escutando a Mãe Lúcia falar. Nesses momentos, as histórias dela eram incríveis. Sobre a comunidade, as famílias mais antigas, sobre como era a vida das pessoas naquela época”.

Depois da morte dela, além do luto, o sentimento que predomina entre as (os) moradoras (es) é incredulidade. Todas (os) sabiam que Lúcia sofria com problemas cardíacos; apesar disso, diziam que era “forte e saudável como um touro”, que sua partida tinha sido totalmente repentina. “Ela tava sentada aqui no sábado, menina”, diz Verônica, apontando para um espaço vazio em sua varanda, onde dias antes Lúcia havia estado. “Agora tu vê, no sábado. E na segunda-feira a gente recebe essa notícia”.

Fico sabendo que, dentre as matriarcas da comunidade, uma das mais próximas a ela era Maria, uma mulher que “não fala com pesquisadores”, como me alertaram várias vezes. As (os) filhas (os) dos dois núcleos se casaram entre si, formando uma só família, e, por esse motivo, elas acabaram dividindo a liderança.

Depois de Maria, as relações de proximidade são mais estreitas com Maria da Glória Marcelino, 63 anos, conhecida como Glorinha – nascida e criada na Toca. Vou visitá-la no sábado seguinte, em meados de setembro, e comprovo a informação: partes dos dois núcleos familiares estão reunidos na casa, ainda vivenciando juntos a dor da perda.

“Podes voltar outra hora, minha querida?”, Glorinha me pede. “Em qualquer dia que vieres aqui, eu te recebo com prazer, mas hoje estou com visita”. Estou a meio caminho de dizer que, sim, volto na próxima semana, que não tinha a intenção de incomodá-la, quando uma moça para na porta e se dirige a mim: “Realmente, agora não vai dar. Minha avó faleceu faz pouco tempo e a gente ainda está sentindo muito a morte dela. Tenho certeza que tu entendes, não é?”. Ela é educada, porém firme. Seu tom de voz não deixa espaço para argumentações, e aquela definitivamente não era minha ideia.

Peço a Glorinha para voltar no sábado e me despeço rapidamente. Estou entrando no carro quando ouço a moça dizer, do lado de dentro da casa: “Isso é muito chato! Parece aqueles zoológicos de preto que tinha antigamente, sabe?”. Alguém ri e responde: “Daqui a pouco vão levar um pedaço nosso pra análise”.

É como levar um soco verbal: ouvir aquilo me deixa tão chateada que não consigo nem contar a ninguém. Saio de lá e vou ainda visitar Natalina, entregar a ela as fotos que tinha feito do chá de bebê de Wesley, mas alguns dias se passam até que eu consiga tirar o episódio da cabeça. E sei perfeitamente o motivo de ter ficado tão impactada: elas têm razão.

É claro que acredito na importância não só do meu trabalho, como também de todas as outras pesquisas acadêmicas que são feitas em comunidades remanescentes de quilombos. Falo – espero que não indevidamente – em nome de pesquisadoras e pesquisadores que escolhem estudar a organização e as relações sociais de lugares como a Toca: o pressuposto principal desse tipo de estudos é de que colocá-los no mapa acadêmico ou midiático significa contribuir para muitas das conquistas almejadas pelas pessoas que moram nessas comunidades. Incluo nessas conquistas, além dos direitos básicos (como o reconhecimento do território, assistência social, saúde, saneamento básico, educação, transporte), a visibilidade, o respeito e a desmistificação de seus modos de vida. Seria presunção nossa?

Foram poucas as vezes em que tive a importância do meu trabalho questionada por quem quer que fosse; aliás, ninguém – família, amigas (os), colegas de aula – parecia entender a relutância dessas mulheres em compartilhar detalhes e

histórias de suas vidas comigo. Eu respondia: “Como você se sentiria se tivesse que aguentar um monte de universitárias (os) batendo o tempo todo à sua porta para pedir entrevistas?”. Uma pergunta pairava insistentemente sobre mim, encobrendo minhas certezas: que pedaços dessas mulheres eu trouxe comigo para análise? Mas, mesmo me questionando, aceitei a amabilidade de Glorinha e levei os planos adiante.

Na semana seguinte, ela estava diferente. Embora ainda triste pela morte de Lúcia, parecia agora mais disposta a falar sobre o assunto e também sobre suas próprias histórias. Uma das primeiras coisas que me confessou quando mencionei a perda foi sua revolta pela assistência à saúde da comunidade, prestada de forma precária pelo município. “Uma vez, minha filha, eu tava com uma dor no peito e fui até o postinho de saúde pra ver o que é que eu tinha. Chegando lá, disseram que era só um mal-estar; me deram umas bagas e me mandaram pra casa”. Resultado: precisou se deslocar 45 quilômetros, de sua casa até o Hospital Regional de São José, para passar por um cateterismo de emergência.

Hoje, no Brasil, está em vigor a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que tem, entre outros objetivos específicos, “garantir e ampliar o acesso da população negra do campo e da floresta, em particular as populações quilombolas, às ações e aos serviços de saúde”. Como iniciativas a serem implementadas, estipula que as necessidades de saúde da população negra sejam utilizadas como critério de planejamento e definição de prioridades, assim como sugere a redução das iniquidades macrorregionais, regionais, estaduais e municipais.

Esta política também elenca os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que figuram na Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dentre eles, o “acesso garantido aos serviços de saúde para toda população, em todos os níveis de assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie”. Considerando os relatos de Glorinha e das outras matriarcas da Toca – que incluem não apenas a si mesmas, mas também outras mulheres de seus núcleos familiares –, não existe uma efetividade da assistência à saúde prometida à população negra, muito menos aquela segmentada para as minorias étnicas. Esse direito não parece ser

plenamente respeitado na esfera nacional, e o mesmo acontece quando é aplicado pelas esferas estadual e municipal.

Em todos os aspectos, Glorinha afirma que a assistência da prefeitura “não é ruim, é péssima”, exatamente as mesmas palavras de Natalina. “Eu sou uma pessoa que espera. Em época de eleição, eles vêm com as promessas deles. Como aquela eleição passada, que tiveram aqui, prometeram serviço daqui e dali. Eu disse: ‘Acredito, ô, como acredito em vocês’. Uns vinham e eu já botava pra correr. Se fosse esperar por serviço da prefeitura, estavam até agora desempregados”.

Não apenas no núcleo de Glorinha, mas nos das outras matriarcas da comunidade, existe uma valorização diferente do trabalho – não apenas do privado e doméstico, como explicou Nathália, mas daquele que é remunerado também. Quando muitas vezes a oportunidade de estudar foge ao alcance, seja um ensino superior, médio ou mesmo o fundamental, o trabalho apresenta-se como a única garantia de estabilidade. A matriarca faz questão de reafirmar que todos os membros de seu núcleo familiar trabalham; em empregos fixos ou em bicos, não importa, porque “o bom mesmo é ter uma garantia, só que mais antes ganhar pouco do que não ganhar nada”.

Depois do casamento, porém, Glorinha não trabalhou mais fora de casa. Quando lhe diziam que era a única mulher sem ocupação em Paulo Lopes, ela respondia que tinha, sim, e que o trabalho “na rua”, não era mais difícil do que o cuidado com a casa e com as (os) oito filhas (os). Cinco estão vivas (os), quatro mulheres e um homem, todas (os) adultas (os), com famílias construídas e rumos certos. Mas ela se detém um momento na história da morte de um de seus (suas) bebês, aos três dias de vida. “Eram seis horas quando a gente chegou da maternidade. Eu arrumei tudo, botei ele no bercinho. E, quando foi mais tarde da noite, fui ver que ele tava molhado. Pensei: ‘O nenê fez xixi’. Daí botei a mão assim, senti aquele calor. Pensei de novo: ‘Ai, meu Deus, que é isso?’. Quando levantei, tava banhado de sangue. Aí chamamos a parteira, ela veio, mas não pôde fazer mais nada”.

Nos primeiros partos, quando ainda não tinha acesso aos hospitais e maternidades de Paulo Lopes ou dos municípios vizinhos, as mulheres recorriam

aos serviços das parteiras. Se as duas parteiras da comunidade não estivessem disponíveis na hora, precisavam mandar buscar uma de Morro Agudo, outra localidade de Paulo Lopes.

Quatro de seus partos aconteceram em casa, enquanto os outros quatro foram em hospitais, todos partos naturais. Quando foi atendida na Maternidade Carmela Dutra, em Florianópolis – a quase 60 quilômetros de distância da Toca –, uma das enfermeiras lhe informou sobre os riscos e complicações que podem surgir durante o parto não-hospitalar, e Glorinha concordou: “É mesmo, por causa do resto de coisa que fica por dentro. Tem que ser bem limpo. Claro que, em casa, na mão da parteira, a gente não tem aquela higiene que elas têm lá, que é com luva, com tudo. Em casa é a olho nu e deu. Já passou, já fui, já ganhei, mas... Que é arriscado, isso é”.

De sua perspectiva, Glorinha acredita que o tempo vem mudando a maneira como as mulheres da comunidade veem o ser-mãe. Quando ainda namorava João Otávio – mais conhecido como Neco –, que hoje é seu marido, corria pela comunidade o boato de que ela já estava grávida do primeiro filho. O relacionamento não era aceito pela família, mas isso não impediu que os pais dela a forçassem a se casar aos 15 anos – em especial a mãe, que, como conta Glorinha, foi a responsável por “botar lenha na fogueira”. Pergunto se foi por causa do boato. “Era só cabeça de vento, porque quem lavava minhas roupas era ela”, responde. “Foi uma malvadeza que ela fez comigo. Mas o que tá feito, tá feito. Hoje tá tudo tão mudado, né? Antigamente, pra namorar um pouquinho... Ô, barbaridade! Tinha que ter pai na sala, mãe, irmão. Gente louca, né? Acho que era mais ignorância do que loucura. Porque, se passava aí na rua e via um casal conversando, Deus o livre. Era aquele Deus nos acuda, aquele bafafá, falatório. Coisa mais sem jeito! Hoje a gente passa, vê, desvê, não tá nem aí”.

Outra relação apontada por Glorinha é a diferença entre a quantidade de filhas (os) das mulheres de sua geração e da atual. “Antes era uma carrada, né? Meu Deus do céu. Eu tinha uma tia, não sei se a mulher tinha dez ou doze. A Lúcia teve uma carrada também. Tudo tinha muito, não era nem um, nem dois. Agora estão tendo menos”.

Infelizmente, essa é uma suposição que vamos ter de esperar para confirmar. O monitoramento da população remanescente de quilombolas é feito por diversas entidades e instituições brasileiras, tanto públicas quanto privadas, o que frequentemente causa uma discrepância entre as estatísticas. Além disso, não encontrei uma estimativa precisa de quantidade de pessoas que se autodeclararam dessa forma; os dados são sempre relacionados ao número de comunidades ou famílias. Quanto ao censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse é inexistente. Mas temos uma “boa notícia”: segundo o Instituto Lula, a partir de 2020, a população quilombola *poderá ganhar* uma categoria nos estudos demográficos do IBGE, de forma a visibilizá-la perante o poder público e o resto da sociedade civil.

As preocupações quanto à maternidade também mudaram, Glorinha afirma. De início, diz que era “tranquilona”, que hoje as inquietações em relação às netas e aos netos são maiores do que quando tinha suas próprias crianças. Aos poucos, porém, vai revelando as aflições da vida de pobreza que levava em sua juventude – angústias semelhantes às que Verônica havia me contado, sobre não ter comida para pôr na mesa, não ter dinheiro para ir ao mercado comprar pão. Histórias que transformam os dias de hoje em uma época de vacas gordas.

“Muitos dias, eu ia pescar. Pescava muito ali atrás pra pegar algum peixe pra eles comer. E hoje, quando bate vontade, eu vou também. Daí eu boto o peixinho no freezer e fica, e fica, e fica. Tenho preguiça de limpar. Naquele tempo, não. Eu tinha que chegar em casa, limpar tudo e já botar na frigideira. Ou na frigideira, ou assado na brasa, porque faltava o azeite”.

Ela pega a carteira de cigarro e fica rodando na mão, distraída. Suas unhas, com o esmalte bordô descascado, arranham a lateral da caixinha, bem sobre a imagem de um pulmão apodrecido. “Sabe, menina... É por isso que, quando as pessoas vêm na minha porta pedir alguma coisa, eu não nego. Não nego mesmo. Esses dias, eu tava aqui tomando café da manhã, chegou um menino ali de baixo e disse assim: ‘Ô, Glorinha, a mãe pediu um quilo de *axúcar*, porque ela não tem um quilo de *axúcar*’. Aquilo me cortou o coração. Fui no armário, peguei um pacote de açúcar e dei. Sempre que vêm aqui me pedir, eu dou porque sei o que é passar necessidade”.

Nesse momento, um garoto entra na sala e diz a Glorinha que algum fulano de tal quer comprar dois cigarros avulsos dela. Nas mãos, traz uma moeda de um real e outras de menor valor que não consigo enxergar. Ela o avalia por alguns instantes, sem responder nada, até que começa o interrogatório. *Pra quem é isso? Ele quer quantos mesmo? Mas por que tu não vai lá na venda comprar pra ele então? Quanto que tu tens aí?* Seus olhos estão preocupados, quase fechados com desconfiança. Por fim, entrega os dois cigarros e fica com o dinheiro.

Assim que o garoto sai, ela bate na própria testa. “Ui, que cabeça. Não era pra ter vendido”. A primeira coisa que me vem à mente é o quanto o vício dela deve ser forte, se dois cigarros fazem tanta falta assim. Mas então Glorinha explica: “Às vezes, ele vem aqui e me pede em nome de uma outra pessoa ali de baixo, e não é. É pra ele fumar. Esse malvado aí é neto que eu crio desde a idade de um aninho”.

É aí que começo a entender o que ela quer dizer com mudanças nas preocupações relacionadas à maternidade. Seus medos pelo futuro desse menino, que depois descubro ter quinze anos, extravasam conforme me conta os problemas resultantes do comportamento dele. Assistência Social, Fórum, Conselho Tutelar – Glorinha já peregrinou por todos esses espaços em busca de uma solução para o caso. “Ele vai pra escola de manhã, chega em casa meio-dia. Aí depois, da uma hora até a noite, eu não sei mais onde anda. Não sei. Tem noite que eu me deito e fico, e fico, e fico... Meu Deus, onde anda aquele rapaz? Altas horas é que ele chega”.

Ao mesmo tempo em que sofre pelo neto, o cansaço a abate e ela desiste da luta. “Mas chega, ele tem pai, tem mãe. Eu não tenho mais precisão de estar me incomodando. O pai, que é meu filho, não toma nenhuma providência, então por que eu tenho que ficar me acabando? Não vou mover mais uma palha. Eu já disse pra ele: ‘Tu, que tens moto, vai ver onde anda, com quem ele anda. Eu não vou me acabar por causa do teu filho’”.

“Ele, como marido, é uma pessoa boa”, diz Glorinha quando começamos a falar de Neco. A ênfase no termo “marido” me chamou a atenção. “Eu que sou a implicante. Ô, crioula difícil. Esses dias, ele disse assim pra mim: ‘Quero ver eu trazer mais cigarro pra ti’. Aí eu me calei. Ele se sentou e falou, falou, falou... Eu só pensei: ‘Aí, meu Deus do céu! Como é que eu vou fumar, meu Pai?’. Naquele dia, ele não trouxe, e eu já achei que o negócio fosse sério. Mas aí no outro dia ele trouxe. Não era tão sério quanto eu imaginava”.

Como as outras matriarcas da Toca, o relato de Glorinha sobre a participação do marido na vida familiar passa pelo aporte financeiro, principalmente pelo pagamento das despesas mais essenciais da casa. “Esses dias, ele chegou com a aposentadoria em casa e pendurou a calça no quarto. Daí algo me disse: ‘Meu Deus, olha a carteira’. Eu cheguei no quarto, e ele dormindo. Mas será mesmo que ele tava dormindo? Aí joguei um pano e pensei: ‘Se ele estiver acordado, vai abrir os olhos’. Ele ficou com os olhos fechados. Tirei a carteira do bolso, corri pra sala sentar no sofá”.

A risada dela é alta e espontânea, como uma criança que tivesse feito uma travessura. Empolgada com a história, curva-se mais para frente e continua: “Com muita delicadeza, guardei a carteira no mesmo lugar. Aí, de manhã, ele tomou café e foi pra Paulo Lopes. Quando voltou, ao meio-dia, tava revoltado. ‘Uia, mecha, perdi 20 conto’. Eu disse: ‘Ô, barbaridade! Óia, quem procura acha”’. Neco pediu a ela que rezasse um responso, que é a oração, geralmente feita a Santo Antônio, para achar coisas perdidas. Ao que Glorinha respondeu que, não, dinheiro não volta. “Como que ia voltar se tava comigo?”, ela brinca, então assume um ar de dignidade: “Não, ele tem que me dar, eu não trabalho. Todo mês ele me dá. Aí eu compro o que é necessário pra mim, eu pago as minhas dívidas em Paulo Lopes, mas ele tem que dar”.

No momento em que pergunto se Neco esteve presente na criação das (os) filhas (os) ou se foi um pai mais “de canto”, seu tom muda completamente. O

sorriso diminui aos poucos até se fechar. “Bota de canto nisso”, responde. Os remédios, o cuidado quando estavam doentes, as consultas médicas, tudo era responsabilidade de Glorinha. A atenção à esposa e às (aos) bebês recém-nascidas (os) durante o puerpério era preterida em favor de confraternizações com os amigos até de madrugada.

“Eu me lembro quando o Márcio morreu”, ela conta, rememorando o falecimento do bebê aos três dias de vida. “Quando cheguei na cozinha, ele tava comendo um prato de comida, e o filho morto na sala. Eu vi aquilo e fiquei doida, guria. Comendo como se nada estivesse acontecendo em volta dele. Não sei o que passa na cabeça de uma palha dessa”. E conclui: “Em matéria de filho, é bem desligadão, mesmo”.

O enfrentamento a essas violências muitas vezes acontece de forma silenciosa e solitária, e a dependência econômica é um fator facilitador. No capítulo II da Lei n. 11.340/2006, a conhecida Lei Maria da Penha, mais especificamente no artigo 7º, são elencados cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Nathália conta que escutou histórias de violência doméstica contra algumas mulheres da comunidade enquanto estava em pesquisa de campo, inclusive relatos de uma prisão por conta de denúncia pela Lei Maria da Penha. “Por mais que os casos de violência aconteçam, as narrativas delas deixam claro que não acham isso comum. Na época do caso de prisão, fiz questão de conversar sobre esse assunto com muitas delas. Elas achavam um absurdo! Muitas também avisavam para seus maridos que se encostassem a mão nelas uma vez o casamento estaria acabado”.

As memórias dos tempos em que todas as barreiras pareciam intransponíveis são difíceis de trazer à tona, mas Glorinha faz questão de mantê-las vivas. “Às vezes, ainda me dói muito quando começo a me lembrar do que passei. Uma coisa que me dói muito é o que as crianças passaram. De eu querer dar pra eles de comer e não ter, dar pra eles vestir ou calçar e não ter de onde tirar. Tem dias assim que eu digo: ‘Ô, meu Deus do céu, outra vez tô lembrando do passado’. Mas são coisas que a gente não pode esquecer”.

Somos interrompidas mais uma vez, agora por Isabel, uma das netas de Glorinha. Nos cinco minutos de conversa entre elas, escuto um dos diálogos mais bonitos desde minha primeira visita à comunidade.

— O que é isso, Belinha? — a matriarca pergunta.

— Um cachorrinho — responde a neta, olhando para o lado de fora da casa, onde três filhotinhos se enrolam uns nos outros.

— Não, esse negócio na tua cabeça, que galho é esse?

A menina leva as duas mãos à tiara, um arco azul de plástico com um único chifre no meio.

— É de unicórnio.

— Onde é que arrumasse isso, minha filha? Que coisa feia, deixa a vó ver. Chega perto — Isabel se aproxima e para de frente para a avó, esperando a avaliação. — Pois é, minha filha, trouxe isso do aniversário de quem?

— Não foi do aniversário de ninguém, vó.

— Tua mãe comprou isso aonde? Que coisa feia.

Tento amenizar, dizendo que ela está bonita, que as crianças em Florianópolis também estão usando aquelas tiaras. Glorinha não perdoa.

— Tá doido! Eu tirava esse galho. Cadê a senhora sua mãe?

— Lá embaixo.

— Lá embaixo aonde?

— Na casa da tia.

— Então não tá lá embaixo, tá aqui. Lá embaixo é a casa da Ângela — a essa altura, Isabel já havia tirado o adereço e me olhava, rindo envergonhada. — Bota esse galho na cabeça. Coisa feia. Vira ali pra vovó. Chega mais pra cá. Vira. Ave Maria! Parece até um cartucho.

A neta dá mais uma risada. Glorinha a avalia de novo, por mais alguns instantes, antes de a menina ir embora correndo. O silêncio dela e o sorriso que tem nos lábios me diz que ela está pensando o mesmo que eu. Não importa o quanto aquele acessório pareça esquisito: o chifre de unicórnio não consegue, nem de longe, deixá-la menos encantadora. Isabel não é bonitinha, Isabel é rainha.⁷

⁷ MC Soffia. Menina pretinha. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=cbOG2HS1Wko>>. Acesso em: 29 out. 2017.



Do sofá de sua sala, Glorinha mantém os olhos fixos do lado de fora e vai apontando para todas as direções, como se as lembranças dela estivessem tomando forma no quintal da casa. “Aqui era o casarão da minha avó, de pau a pique, de chão batido, fogão de gancho. E nós morava mais ali do lado, numa casinha pequena. Eu, o pai, a mãe, a Tina e minha outra irmã, que já faleceu. Quando chovia, menina do céu, a goteira... Meu Deus, a lama. A lama... Aí o pai trabalhava de dia, como diz a moda, pra comer de noite. Conseguiu comprar umas madeirinhas e fizeram uma casa aqui. Mas, olha, as pessoas reclamam hoje da vida... O ruim era quando nós se criamos. Aquilo sim que era pobreza. Nós hoje somos muito ricos de Deus”.

Em seu núcleo familiar, as coisas começaram a melhorar quando os maridos arranjaram serviços melhores: fábrica de madeira, indústria agropecuária, cooperativa de energia elétrica – portas que se abriram, oportunidades que se apresentaram e foram agarradas antes que escapassem. A lavoura era um modo de sustento razoável, mas não muito produtivo. O tempo de espera para o crescimento dos cultivos – arroz, mandioca, aipim, batata – não compensava o dinheiro que ganhavam com as vendas.

Algumas comunidades remanescentes de quilombos de Santa Catarina encontraram maneiras de se manter sem depender exclusivamente dos empregos gerados nos municípios em que se localizam. Além de produzir e comercializar pães, geleias, biscoitos, artesanatos, trabalham efetivamente com agricultura, e não apenas com as pequenas hortas que as (os) moradoras (es) da Toca mantém em seus quintais. Mas não são todas que ainda preservam essa prática. “Isso também é uma coisa que, nesse processo de colonização e de dominação, perdeu-se muito”, explica Nathália. “Várias etnias africanas tinham domínio do plantio, mas isso foi se perdendo. E aquelas que vivem disso é porque recuperaram esses conhecimentos no processo de aquilombar-se, como nós chamamos. A Aldeia, em Imbituba, tá doida pra conseguir mais terras, voltar a plantar, que

é uma autonomia bem legal e pode ser uma maneira de renda. Plantar orgânico, dali mesmo tirar a fruta, fazer a geleia. E na Toca ainda está tudo bem difícil. Desestruturado...? Às vezes eu fico pensando nisso, sabe? Tá estruturado, mas de um jeito muito delas, é complicado”.

Na conversa com Glorinha, atendo-me aos pontos mais práticos do tema: permanência e direito de propriedade. “Eu acho que não dá em nada. ‘Ah, porque aquele terreno ali da senhora pega mais lá embaixo. Fulano pegou uma parte. Aqui embaixo, o outro também’. Tu acha que eu vou entrar na Justiça, brigar com eles aí por causa de um pedaço? Não. Não vou fazer isso mesmo. Porque são gente que estão aí, que nunca me incomodaram. Claro que ele ali tentou...”.

E então começa a contar sobre quando teve problemas com um dos vizinhos brancos, que veio de Pouso Alto para morar na comunidade e simplesmente decidiu trancar o caminho que liga a estrada principal ao terreno dela. De acordo com Glorinha, o homem queria que a família abrisse um caminho nos fundos da propriedade, mudando o acesso à casa. Construiu cerca e porteira, barrou a passagem dela e das (os) familiares, prejudicou o direito de ir e vir de quem morava ali.

“Primeiro, eu deixei ele fazer tudo. Então fui pra Justiça”, diz Glorinha. “Procurei o juiz de paz, procurei a outra pessoa mais velha dentro de Paulo Lopes, pra saber que no tempo da Dindinha [a avó dela] já existia isso aqui. Todos falaram que sim. Era mato de um lado, mato do outro, e a estrada passava no meio. Aí fui pra delegacia. O delegado disse: ‘Ô, Glorinha, quanto tempo vocês têm essa via?’. Eu respondi: ‘Olha, eu não era nem nascida. Eu andava por aí nem sei aonde, depois é que fui pro bucho da mãe’”.

O caso da matriarca tem um final feliz: acompanhado de mais dois policiais, o delegado fez o vizinho arrancar a cerca e a porteira. “Mas será que eu não ri daquilo? Botei minhas duas mãos nos quadris e dei risada. O delegado disse: ‘Glorinha, tu não foi batizada, né?’. Eu só respondi assim: ‘Ô! Na Igreja Católica Apostólica’. Mas ri da cara do velho. Tirou a cerca e nunca mais trancou caminho”.

“Isso que a senhora disse que nunca incomodaram, né?”, eu aponto. Ela solta uma gargalhada e se senta mais reta no sofá, assumindo uma postura de desafio, como se o próprio vizinho tivesse encarnado no meio da sala. “Incomodaram, mas cortei o mal pela raiz. Já pensou, guria, se eu tivesse deixado? A gente ser muito boazinha não presta”.

CAPÍTULO V:

“ Não tem mais canção de ninar, primeiro passo e beijo⁸ ”

⁸ Eduardo. A mão que assalta o berço. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=reL35J-cPmw>>. Acesso em: 29 out. 2017.

Em frente ao fórum da comarca de Garopaba, Maria de Lourdes Mina, representante do Movimento Negro Unificado (MNU) de Santa Catarina, lê um texto de duas páginas em uma folha A4. O título é: *Manifesto das comunidades remanescentes dos quilombos de Santa Catarina em defesa da mãe Maria da Graça da comunidade dos remanescentes do quilombo Toca/Santa Cruz*. Suas palavras são repetidas vigorosamente por outras 17 mulheres e por um homem. O grupo é formado tanto por membros do MNU como por lideranças de outras comunidades além da Toca: Caldas do Cubatão, de Santo Amaro da Imperatriz; Morro do Fortunato, de Garopaba; e Aldeia, de Imbituba. Do lado de dentro do prédio, no andar de cima, as pessoas riem e tiram fotos, como se o protesto fosse algum tipo de piada.

Entre as (os) presentes, está a própria Maria da Graça de Jesus, 49 anos, também chamada de Gracinha. Ela assiste a toda aquela mobilização em silêncio, sem dizer uma palavra, mas atenta e com uma expressão determinada. Seus olhos vigiam com cuidado as reações de cada passante que recebe uma cópia do manifesto. Não sei o que está pensando, mas não é difícil perceber a angústia dela.

O documento elaborado pelo MNU explica a situação de Gracinha, que vem se desenrolando – ou talvez se arrastando – desde novembro de 2014, quando suas duas filhas mais novas foram retiradas de seu convívio após uma denúncia anônima ao Ministério Público estadual. As meninas – uma com quase dois anos e a outra com quatro, na época – foram abrigadas em uma casa lar localizada em Biguaçu, Grande Florianópolis, a uma distância de quase 76 km de Paulo Lopes. Além delas, Gracinha é mãe de outros dois rapazes, ambos adultos e não mais dependentes dos cuidados e da assistência financeira dela.

Patricia Soares Martins de Oliveira, advogada de Gracinha, explica que o motivo para a destituição do poder familiar, conforme consta no processo, é a condição insalubre e de sujeira na casa em que as crianças moravam com a mãe. Apesar de contestar a nitidez das fotos apresentadas pelo juízo, admite como meio de prova a palavra da promotora de justiça Mirela Dutra Alberton e da juíza Elaine Cristina de Souza Freitas, que visitaram a propriedade.

O manifesto, também publicado na página do Facebook do Movimento Negro, traz o que seria um trecho da decisão da juíza ao solicitar que as meninas fossem abrigadas: “Denota-se o caso atípico da presente demanda, já que a genitora é descendente de escravos, sendo que sua cultura não primava pela qualidade de vida, era inerte em relação aos cuidados básicos de saúde, higiene e alimentação”.

“Isso já não é mais um caso de destituição de poder familiar entre mãe e filhas, é bem maior”, diz a advogada. “Maior, inclusive, do que uma comunidade quilombola. Porque, no processo, foge muito à individualização.”

É a mesma percepção de Raquel Mombelli, coordenadora do Comitê Quilombo da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que participa ativamente da rede de apoio formada para ajudar Maria da Graça a recuperar as filhas. Ela acredita que o olhar direcionado a Gracinha é o mesmo concentrado sobre toda a comunidade, e que isso é uma forma de etnocídio. “As crianças não podem ficar lá, elas precisam sair, ser educadas por famílias brancas. Pra que realmente sejam pessoas civilizadas e bem formadas”, diz, resumindo o que considera ser a visão do Judiciário sobre o caso.

Mirela Alberton, que era a promotora de justiça responsável pelo caso na época em que as meninas foram abrigadas, afirma que a destituição de poder familiar não está relacionada à condição de quilombola de Maria da Graça e que também não tem ligação com o resto da Toca: “A Gracinha não é como as outras mães da comunidade. Há outras famílias vizinhas dela que são tão humildes quanto, outras casas também simples. Mas não tiveram as crianças retiradas porque tinham condições básicas de cuidar delas”, alega.

Outro dos vários motivos elencados para que a abertura do processo é a condição dela de pedinte. Sem emprego fixo, Gracinha percorria as ruas de Paulo Lopes pedindo dinheiro e doações para poder pagar suas despesas e as das meninas. Raquel remete esse modo de sustento à opção feita por algumas das mulheres escravizadas recém-libertas no período pós-abolição. Uma parte delas escolheu continuar como empregadas nas casas dos senhores ou trabalhar no comércio, como vendedoras e lavadeiras, e essa relação se evidencia até hoje na

colocação das mulheres negras em empregos social e economicamente subvalorizados. Mas outra parte se recusou a ceder a esse modo de vida hierarquizado e decidiu andar. Ou, como ela denomina, “perambular”.

“Elas não aceitaram nem uma coisa e nem outra!”, afirma Raquel. “Eu não quero ser faxineira pra você, homem branco, mulher branca. Não quero ser babá e cuidar dos teus filhos, quero cuidar dos meus. E não quero continuar nesse lugar que só mudou de nome, porque as condições de trabalho continuam sendo perversas. Então elas vão perambular. E isso é visto negativamente pela sociedade, como uma ameaça, porque é um não-lugar. Você não tem mais o controle absoluto sobre os corpos dessas mulheres. Isso incomoda as pessoas, desestabiliza as relações”.

Essa foi a escolha da avó de Gracinha, assim como foi a opção da mãe dela. E o olhar externo sobre essa prática, tal qual o olhar de fora sobre a maternidade das mulheres da Toca, é tido como uma das maiores adversidades encontradas pela comunidade. No tempo que passou vivendo lá, Nathália se questionava sobre como elas conseguiam ter filhas (os) em uma situação tão precária – casas minúsculas, de madeira, sem saneamento, algumas sem banheiro. Mas logo percebeu que essa era a sua visão. Ela diz que “o problema é quando nós achamos que é impossível pra elas. O caso da Gracinha mostra exatamente esse descompasso, de como queremos impor pra elas uma maternidade ‘correta’”.

Das pessoas que convivem com ou conhecem Maria da Graça, tanto da comunidade quanto de fora, os relatos sempre se encaminham para o mesmo fim: que as filhas dela eram bem cuidadas, vestidas, alimentadas, não passavam necessidade, estavam sempre com as vacinas em dia. A mais velha fazia balé. As mais velha frequentava o ensino regular – o que, conforme indicam os membros da rede de apoio a Gracinha, não aconteceu quando esteve no abrigo.

Nathália conta que já viu a mãe pedindo às pessoas brancas que moram na comunidade. Em uma dessas ocasiões, quando se afastou, um homem e duas mulheres começaram a conversar sobre ela: “Vê se eu vou dar trabalho pra uma porcaria dessas na minha casa”, disseram. Ela conclui: “Então não resta outra coisa pra Gracinha, nem pra muitas daquelas mulheres. Ela pede, ganha muitas

coisas, e cuidava bem das filhas. Do jeito que dava, na casa que ela pode ter, na casa que a sociedade permite que ela tenha”.

Essa não é a mesma versão apresentada pela Justiça. Mirela, por exemplo, diz que o ambiente em que as meninas viviam não trazia condições adequadas porque Gracinha era uma “acumuladora”. Também alega que a mais velha, quando levada para abrigo, tinha os dentes apodrecidos por falta de escovação. E que, mesmo frequentando o posto de saúde regularmente, não era sempre que a mãe deixava as (os) profissionais realizarem os procedimentos necessários nas filhas.

Em uma audiência pública que aconteceu em Paulo Lopes, Natalina discursou sobre o caso de Maria da Graça, sobre como as pessoas que veem a condição quilombola apenas de uma perspectiva externa têm que aprender a respeitar a maternidade delas. “Pode não ser a melhor, não é a mesma de vocês, mas até hoje ninguém morreu de fome”. Além da preocupação em provar o valor do ser-mãe da Toca, ela também traz, em sua fala, o orgulho pelos filhos de criação. Menciona filhas (os), netas (os), sobrinhas (os) e todas as crianças que não passaram por seu ventre, embora sejam suas.

“Pra mim, a principal adversidade é, mais uma vez, a sociedade”, afirma Nathália, “que as deixa nessa situação e ainda quer puni-las por estarem assim. É absurdo. Corremos o risco de analisá-las do jeito a que estamos acostumadas, e isso é ser colonizador do mesmo jeito. É continuar colonizando essas pessoas”.

De volta ao fórum da comarca de Garopaba, após ler o manifesto e defender o retorno das filhas de Gracinha ao convívio familiar com a mãe, as mulheres e o homem presentes aguardam a reação da juíza – seja para mandá-las (os) embora, ignorá-las (os) ou atendê-las (os). A data do protesto não poderia ser mais simbólica: 11 de outubro, o Dia Internacional das Meninas. Enquanto esperam, gritam palavras de ordem, pedem a volta das crianças e cantam em coro o refrão da música *A mão que assalta o berço*, de Eduardo, ex-vocalista da banda de rap Facção Central: “Dorme neném, que a Justiça vem pegar / Papai não tem dinheiro então proibem de te criar / A mão do rico assalta o berço pra depois traficar / Criança pra gringo e boy escravizar”.

Cerca de 20 minutos se passam até que a juíza manda chamar duas pessoas para uma reunião particular. A imprensa não é permitida. Maria de Lourdes Mina, representante do MNU, acompanhada de outra mulher que não conheço, entra no prédio e permanece lá por pouco mais de meia hora. Quando volta, seu discurso inflamado deixa claro que o encontro não foi proveitoso: “Elas acham que nós protegemos o direito da Gracinha, e não o das meninas. Se conseguissem entender o que é ancestralidade, também conseguiriam entender que, para o quilombo, para nós, negros, não existe separação entre mãe, filhos, avós, bisavós, tios e primos. Então é preciso que elas saiam um pouco da compreensão do que são as relações eurocêntricas e percebam o que são as relações étnico-raciais”.

Mirela afirma que toda mãe, de alguma forma, precisa das (os) filhas (os) por causa dos laços afetivos formados na maternidade. Mas, segundo a promotora de justiça, essa necessidade não pode ser o fator prevalecente, pois “se fosse assim, nunca haveria a retirada de crianças em situação de risco do âmbito familiar, como também nunca haveria casos de abrigamento”.

Às 16h55, deixamos o fórum em direção à praça de Garopaba. Antes de sair, as (os) manifestantes afixam no chão os cartazes que seguraram durante o protesto, uma tentativa de se fazer ouvir/ler frente ao Poder Judiciário. São 17h05 quando passo de novo em frente ao prédio e não vejo mais os cartazes em lugar algum. A presença delas (es) foi mais uma vez apagada.

De acordo com a advogada, os membros do Movimento Negro e as (os) participantes da rede de apoio, o processo que envolve a destituição do poder familiar, tal qual o processo do pedido da família de Gracinha para obter a guarda das crianças, é permeado de irregularidades, de idas e vindas. Para quem não fala juridiquês, assim como eu, a maneira menos complexa de entender a história é se prender à ordem cronológica e linear dos acontecimentos. É importante salientar que o processo corre em segredo de justiça, por envolver menores de idade, e que publicizo aqui apenas os documentos divulgados previamente. À maioria deles, não tive acesso, então trago os relatos tanto da defesa quanto dos membros do sistema judiciário envolvidos no caso.



A partir da denúncia anônima, foi feito um estudo pela assistente social de Paulo Lopes, também parcialmente divulgado no manifesto do Movimento Negro. O relatório atestava que Gracinha tinha dificuldade de assimilar mensagens por ser analfabeta e que não possuía a cultura de deixar a casa “limpa e asseada, pois foi criada e educada dessa forma”. Ao mesmo tempo, apontava que Gracinha cuidava da saúde das meninas ao levá-las ao posto, manter as carteiras de vacinação em dia e pegar as receitas da alimentação delas. A conclusão da assistente foi de que a mãe deveria ser “auxiliada pelo Poder Público, onde deverá dar condições de oferecer suplemento à mãe e às filhas infantês”.

Mirela explica que o poder municipal dava apoio a Gracinha, principalmente porque o então prefeito é padrinho de uma das meninas, e uma vereadora é madrinha da outra. “A casa da Gracinha foi totalmente higienizada mais de uma vez antes da retirada das crianças”, alega, “mas ela não conseguia manter. A assistente social não sabia da higienização”.

Com base nesse documento, o Juízo pediu um segundo estudo social e um laudo psiquiátrico, feito em consulta no município de Tubarão por não haver médico psiquiatra em Paulo Lopes. Na época, Patricia ainda não era a advogada de Maria da Graça, mas alega que a defesa não foi avisada ou intimada a comparecer. O laudo diagnostica a mãe com déficit intelectual leve (por ser analfabeta) e retardo mental leve (pois não era capaz de se autodeterminar, ou seja, de decidir, agir com autonomia e responsabilidade).

“É algo muito subjetivo”, diz Patricia. “Mesmo que tivesse esse retardo mental leve, teria que ser apurado o grau de periculosidade que ela teria com as filhas, se as agredia, ou alguma coisa assim. E isso não acontecia. Porque todos dizem, inclusive o Juízo, o Ministério Público, o Conselho Tutelar, que há afeto entre a mãe e as crianças, que elas estão felizes. Isso é colocado no processo”.

O segundo estudo social, produzido no mesmo período do laudo por uma assistente social forense, caracteriza Gracinha como uma mulher promíscua com base na declaração de um dos filhos mais velhos. De acordo com a advogada, que diz ter conversado com o rapaz, ele nega ter falado qualquer coisa nesse sentido sobre a mãe.

“Esse caso é marcado por uma perspectiva jurídica perversa, violenta, racista, porque desconsidera direitos garantidos na legislação”, diz Raquel. “Reforça estereótipos que são construídos ainda no século XIX, da associação entre mulher negra, promiscuidade sexual e sujeira. E acabam orientando toda a dinâmica processual.”

“Não houve racismo no processo. Casos como esse”, afirma Mirela, “também se estendem a pessoas brancas. Já houve ações movidas contra famílias brancas que não tinham condições de cuidar de suas crianças. Estrangeiros também. Não está relacionado à Toca. Nós temos, aqui em Garopaba, uma comunidade quilombola, o Morro do Fortunato. Nunca tivemos uma situação como essa da Gracinha”.

Antes do abrigamento das crianças, o Juízo pede à assistente social que verifique se há família extensa na comunidade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), família extensa ou ampliada é “aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade”. Como família extensa, a assistente social teria indicado o então prefeito e a vereadora, que apadrinhavam as meninas, mas não sugere ninguém da própria comunidade.

O pai das meninas é desconsiderado como uma opção por supostamente ter um problema severo de alcoolismo, de acordo com a promotora de justiça e também com o que estaria relatado no estudo social feito por uma das assistentes sociais envolvidas no caso.

27 de novembro de 2014

O segundo estudo social e o laudo psiquiátrico são usados como base para que as filhas de Gracinha sejam abrigadas. A defesa afirma que uma assistente social, acompanhada de força policial, foi até a casa e levou as duas meninas com a desculpa de que elas fariam exames de sangue. Nenhum dos outros dois filhos de Gracinha estava presente no momento da retirada das crianças. A mais nova, de um ano e oito meses, ainda dormia quando foi colocada no carro.

O artigo 28 do ECA determina que, em casos de crianças quilombolas sendo inseridas em família substituta – ainda que, na época, as filhas de Maria da Graça estivessem indo para um abrigo, e não para uma família –, deve haver intervenção de antropólogos na equipe multidisciplinar que acompanha esse tipo de processo. A defesa pediu a participação de uma (um) antropóloga (o) principalmente para facilitar que fosse identificada a família extensa, mas o pedido foi negado.

Raquel conta que, como coordenadora da ABA, chegou a fazer um parecer antropológico, mesmo que não estivesse relacionado à identificação da família extensa de Gracinha e das meninas. “Falei que se tratava de uma comunidade quilombola em processo de regularização fundiária. Que, dentro dessas comunidades, a concepção de família é muito interessante e específica, diferente da noção de família de outros grupos sociais ou étnicos. E o próprio ECA recomenda um grupo multidisciplinar que leve em conta as especificidades culturais. Mas nada disso foi considerado”.

Segundo Mirela, a recusa em aceitar a participação de antropóloga (o) se deu pelo fato de que a Toca ainda não foi totalmente certificada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e, por isso, não é considerada pela Justiça como uma comunidade remanescente de quilombo.

Um terceiro estudo social é feito por uma assistente social do município de Imaruí, porque a de Paulo Lopes não está disponível. Nele, questiona a atuação

das funcionárias do lar onde as crianças estavam abrigadas e traz outros relatos relacionados ao abrigo: “A funcionária disse que, quando as crianças chegaram ao abrigo, perceberam que não eram maltratadas, mal cuidadas. Que uma das crianças perguntou pela avó Natalina e disse estar com saudades”, conta a advogada.

17 de dezembro de 2015

Um ano e 20 dias depois que as meninas foram abrigadas, quando a defesa havia entrado com recurso e o caso já estava sob a jurisdição do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Maria da Graça conseguiu na Justiça o direito de visitá-las. “Elas falam muito em vínculo. Mas vínculo foi o que eu vi quando foram liberadas as visitas pelo Tribunal. A mais velha ficou meio desconfiada, daí foi chegando, foi chegando e não largou mais, não saiu mais do colo da mãe. A mais nova começou a chorar, ficou receosa. Ela ia, voltava, chorava, gritava. Foi um terror”, conta Patricia. De acordo com a advogada, a serenidade da mãe, refletida na abordagem calma e segura, foi o que tranquilizou a menina.

Conforme as visitas transcorriam, as filhas eram testadas pela defesa para comprovar os cuidados de Gracinha. “À mais velha eu perguntei: ‘A mãe cozinha pra ti?’. ‘Cozinha’. ‘A comida da mãe era boa, não?’. ‘Era boa’. ‘O que a mãe cozinha?’. ‘Era feijão, arroz, carne moída e salada’. Isso não é comer só miojo, né? E a mais nova me chamou e disse: ‘Tia, eu tô cansada, quero ir pra casa’. Porque, pra elas, é como uma prisão. Porque a mãe tá com os familiares, tá com a comunidade. Mas as crianças... Estão com um monte de gente que não conhecem, com costumes diferentes. Elas estão acuadas”.

Patricia denuncia algumas situações que aconteceram na casa lar, tanto na presença da própria Gracinha quanto da psicóloga que acompanhava as meninas durante o abrigo. No almoço, uma das filhas pede um copo de água porque está com sede, mas a funcionária nega, exigindo que ela primeiro termine a comida. Vendo a agonia da criança, a mãe contraria as ordens e dá água à filha. “Isso foi ali na frente de pessoas estranhas. A gente imagina sempre...”, observa

a advogada, refletindo sobre o que pode ter acontecido quando não havia ninguém por perto. “Não dá pra dizer que isso nunca acontece, como também não dá pra dizer que é corriqueiro. Mas aconteceu. E não foi falado pela mãe, foi falado pela psicóloga que acompanhou”.

Os relatórios fornecidos pelas profissionais do abrigo teriam apontado efeitos positivos surtidos pelas visitas de Gracinha às filhas. Teriam, também, atribuído à presença da mãe alguns fatores de mudança comportamental, como sociabilidade e alegria, além de indicar o encaminhamento à família substituta – no caso, a adoção – como última alternativa.

1º de setembro de 2016

“Só que esse último estudo social, olha que interessante”, diz Patricia, “foi elaborado dia 22 de agosto de 2016. O recurso da defesa foi julgado no dia 1º de setembro do mesmo ano. E esse relatório da casa lar onde as meninas estavam foi juntado aos autos também no dia 1º de setembro. Embora ele tenha sido feito dia 22 de agosto, os desembargadores do Tribunal não tiveram acesso”. Nesse julgamento, o recurso de apelação foi negado e a tutela antecipada de visitas foi cassada. Ou seja, além de não conseguir retomar a guarda das filhas, Maria da Graça teve seu direito a visitas suspenso.

Mas, mais uma vez, a defesa aponta uma irregularidade no processo. Em 2015, entra em vigor o novo Código de Processo Civil (CPC). No TJSC, o colegiado é composto por três desembargadoras (es), e a votação das (os) três deve ser unânime. O artigo 942 do novo CPC diz que, caso uma (um) delas (es) discorde das (os) outras (os), são chamadas (os) mais duas (dois), com direito novamente à defesa oral, e os cinco membros voltam a decidir.

Surpreendendo a defesa e o relator, que votou diferentemente dos outros dois desembargadores, não houve a continuidade – o chamado julgamento ampliado. Para entrar com embargos declaratórios, pedindo que o julgamento fosse anula-

do, Patricia esperou a publicação do resultado no Diário Oficial, que aconteceu no dia 6 de setembro, mas sem o voto do relator.

12 de dezembro de 2016

Inicia-se mais uma etapa da história: na comarca de Garopaba, a defesa entra com um processo, em paralelo ao de destituição do poder familiar, para que a guarda das meninas seja dada a Verônica e Jorge, este último primo de Maria da Graça. “Nós fomos lá e eu perguntei a eles se ficariam com as crianças. São pessoas muito humildes e francas, né? A Dona Verônica não precisa de proteção. Aliás, quem for defendido por ela tá muito bem representado. E falou: ‘Olha, ficar a gente fica. Agora, se eles não quiserem, tudo bem, a gente não fica. Mas daí a doutora continua, né? Continua pedindo pro juiz, pede pra outro’. Como quem diz assim: ‘Recorre’”.

Em minha entrevista com Verônica, ela me mostra, pela abertura da porta, o quartinho que estão construindo para as crianças de Gracinha. Mas deixa claro que ali é só para brincar. “Eu vou colocar elas aqui nesse quarto do meio, junto daquela minha neta, né? Aí agora semana que vem já vão ferrar, botar o piso e pintar. E luz, que não tem. Mas ali elas não vão ficar, não. Porque daí a casa é grande e esse quarto fica muito longe”.

Conforme conversamos, Verônica vai abrindo o jogo e dando opinião sobre o caso. “Olha, eles tiraram as meninas da Gracinha porque quiseram. Porque os brancos de Paulo Lopes são muito orgulhosos. Mil vezes a Gracinha sair pedindo do que entrar no mercado ou numa venda ou numa loja e roubar pra poder sustentar os filhos”. Ela pontua cada palavra com um tapa na mesa, indignada, e vai alterando a voz. “O prefeito conhece nós, a vereadora conhece nós, então que dissessem: ‘Tu cuida das meninas até a Gracinha se ajear, tu cuida delas pra nós não mandar elas pra lá’. Eu cuidava, assim como vou cuidar agora. Mas não. Tão pagando pro abrigo em Biguaçu e agora dizem que as meninas da Graça tão

gastando demais. Tão gastando demais porque eles que deram o dinheiro”.

Quanto à questão da família extensa, a matriarca é bem enfática ao dizer que Gracinha tem, sim, família na comunidade, que ali não tem ninguém por si. E mostra que está bem orientada em relação às exigências judiciais do caso. “Se a Graça quiser ver, vai ter que ser por ordem do juiz. Se o juiz disser assim: ‘Não, pode ir lá ver, ou fica lá um dia com as meninas’, tudo bem. Mas se o juiz disser: ‘Não é pra ir’, ela não pode vir. Até isso, tu vê”.

Pergunto se ela acha que vai conseguir a guarda das crianças. Sua resposta é esperançosa e positiva, obviamente; se não fosse, não estaria construindo um quarto para as duas na própria casa. “A Patricia disse que a gente é família, que só tem o nosso nome lá pra fazer a adoção”, afirma.

Quanto ao processo de destituição do poder familiar, é só no dia 13 de janeiro de 2017, quatro meses depois dos pedidos da defesa e do relator, que todos os votos são contados. “E nisso a mãe não pode mais ver as filhas. Já passou o Natal, já passou o aniversário de uma das meninas”, a advogada observa.

4 de outubro de 2017

Depois de nove meses e 17 remarcações, mesmo envolvendo menores abrigadas, finalmente aconteceu a audiência do pedido de guarda feito em favor de Verônica e Jorge. E foi nessa audiência que as suspeitas de Gracinha e da defesa dela se confirmaram: desde julho, as meninas estão em uma família substituta.

Uma das determinações do ECA, ainda do artigo 28, é que a colocação familiar de crianças quilombolas ocorra prioritariamente no seio de sua comunidade ou junto a membros da mesma etnia. “Na audiência, eu disse: ‘Olha, elas são herdeiras de comunidade quilombola’. Já foi tirado muito desse povo durante muitos anos”, afirma Patricia. “Eu vou recorrer até a última, até o papa, se for preciso. Vou recorrer até Haia, vou continuar. Fazer desse processo a saga da minha vida. Simples assim”.

Ao mesmo tempo, ela questiona sobre a família substituta em que as meninas foram inseridas, sobre o grau de conhecimento dela quanto ao processo: “Essas pessoas sabem que a decisão pode ser modificada? Que o processo está em grau de recurso? Elas sabem que tem um pedido de guarda da família extensa que não foi consultado? Ninguém quer uma guerra de foice, só que o que é justo, é justo”.

A promotora de justiça diz que a lei permite colocar crianças em famílias substitutas durante um processo de destituição do poder familiar ou pedido de guarda. Nesses casos, os responsáveis pelas (os) menores são avisados de que a adoção não é definitiva e que elas (es) podem retornar à comunidade de origem.

De acordo com Mirela, as crianças já estavam no abrigo há mais de dois anos e meio, o que contraria o ECA. No artigo 19 do Estatuto, parágrafo 2º, está indicado que a “permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”. Como havia urgência em dar um encaminhamento às filhas de Maria da Graça, a Justiça optou pela família substituta.

Também em outubro, foram deferidos os embargos declaratórios pedidos pela advogada de Gracinha. O último julgamento, que cassou a tutela antecipada da guarda e retirou as visitas da mãe às filhas, foi anulado. Ou seja, o que está valendo é a decisão de 17 de dezembro de 2015, em que Maria da Graça conquistou o direito de ver as meninas. “Eu estive no abrigo pra ver as crianças, deixei cópia da decisão, e onde elas estão?”, Patricia questiona. “As crianças não estão mais no abrigo. Então a mãe não pode exercer seu direito de visitas, determinado por um colegiado, porque a juíza retirou as crianças do abrigo pra impedir isso. E deu pra uma família que os desembargadores nem sabem quem são”.

A solicitação da defesa é para que as meninas não retornem ao abrigo, porque estão em uma família que não é a delas, mas ainda assim é um ambiente familiar. O trauma e a insegurança afetiva que a volta à casa lar poderia trazer incentivaram Patricia a pedir a guarda a favor de Verônica e Jorge. Dessa forma, Maria

da Graça poderia exercer seu direito de visitas até o final do processo, enquanto mais um estudo social, solicitado pela advogada, estivesse sendo produzido. “Se for dito que a mãe tem direito de ficar com as filhas, então elas retornam. Já estão na comunidade, só vão sair de uma casa e ir para outra. Não haverá nenhum choque traumático. Se for dito que Verônica deve ficar com as meninas, não há razão alguma pra proibir o contato de mãe e filhas. Não há maus-tratos, não há nada. Então ela continua visitando e de repente até com a guarda compartilhada”.

E a Gracinha?



Durante toda a apuração, não medi esforços para chegar a Gracinha. Entrei em contato com o Movimento Negro, com integrantes da rede de apoio, falei com as pessoas da comunidade. Temendo a má-fé que a mídia carrega em sua reputação, crivaram-me de perguntas, dificultaram o caminho até ela. Foi apenas no começo de novembro que consegui falar com a defesa sobre uma possível entrevista a sós, mas a resposta que recebi não foi a que esperava: “Ela não quer conversar com ninguém, desconfia de tudo e de todos”, foi o que me disse Patricia. Mais uma vez, decidi não me impor sobre a vontade que a mãe teria expressado e recuei.

No protesto, porém, Gracinha disse algumas palavras à imprensa – limitada a mim e a dois estudantes do curso de cinema da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) que foram chamados pelo Movimento Negro para cobrir o ato.

Amparada por representantes do MNU, Maria da Graça conta que, perto das 16h do dia 27 de novembro, as meninas foram levadas com a desculpa de que iriam tirar sangue, mas que logo seriam trazidas de volta. Esperou pelo resto da tarde e o começo da noite, até que, angustiada, chamou a prima Denise para ir ao posto de saúde procurar por elas. “Eles disseram que lá elas não chegaram”, Gracinha conta.

Apesar da preocupação, ela ainda não tinha se dado conta de que as filhas tinham ido embora de vez. Foi só quando o filho mais velho dela, Fernando, apareceu em casa é que surgiu a conclusão: as crianças não voltariam.

Quando questionada sobre o que espera que aconteça de agora em diante, a mãe responde prontamente: “Eu espero que elas venham embora pra casa”. E então, como se não quisesse dar chance para o destino lhe pregar outra peça, corrige: “De certeza”. Vanda Pinedo, integrante do MNU, pergunta o que faz com que ela tenha tanta segurança sobre o retorno das meninas. Mais uma vez, a resposta curta vem rapidamente em uma mistura de ingenuidade e fé: “Jesus”.

Gracinha fala também da tristeza de não ter as filhas mais por perto, principalmente quando olha as fotos das duas penduradas na porta de sua geladeira. As memórias são muitas, mas ela escolhe as felizes para compartilhar conosco: o momento especial de quando a mais velha voltava da escola e faziam brincadeiras, bagunça; a atenção de Fernando para com as irmãs. E lamenta, na véspera do Dia das Crianças, não poder dar presentes para as duas, “cada uma o seu”.

Em seus discursos públicos, representantes do Movimento Negro denunciam situações como a de Gracinha, que acontecem no Brasil inteiro, mas não são divulgadas pela mídia. Para que o mesmo não acontecesse com esse caso, tanto o MNU quanto as outras pessoas envolvidas nessa rede de apoio investiram em colocá-lo no debate público por meio de veículos de imprensa alternativa, como o Estopim, o Geledés e o Alma Preta.

“O Movimento Negro e as comunidades quilombolas têm feito um grande esforço pra divulgar essa situação”, diz Raquel. “E por que isso não ganha força no campo jurídico? Acho que tem explicação quando a gente volta na história e começa a ver a construção dos Estados-nação, todas as políticas genocidas que enfrentamos. Tanto a questão indígena quanto a questão negra nesse país. Então você consegue entender o quanto essas ideologias, esses pensamentos estão presentes e influenciam muito os processos jurídicos”.

Muitos boatos e suposições cercam o caso, e a impossibilidade de comprovar a maioria delas (es) afligiu o posicionamento jornalístico que construí durante o curso de graduação. O tom de certa forma contido deste capítulo e a simples contraposição de ideias de ambos os lados vai de encontro aos debates realizados hoje na academia – os quais considero um grande passo para uma nova forma de fazer jornalismo – sobre o mito da imparcialidade.

Mas, entre todos os maniqueísmos que vivenciamos nas pequenas e grandes disputas cotidianas, algo prevalece, como uma nuvem a fazer sombra por todos os lados: a responsabilidade branca e os efeitos do racismo na sociedade. “Boatos, na verdade, são interpretações desse processo histórico, interpretações bastante perversas. A sociedade branca não assume isso, não quer assumir. E não sei se, em algum momento da história, vai querer responder pelo que aconteceu e continua acontecendo ali”, diz Raquel.

Uma vez, escrevi uma matéria sobre sexismo nos *games* para uma disciplina de redação do curso de Jornalismo, e comecei o texto afirmando a existência do machismo nessa área. Basta ouvir os relatos das jogadoras sobre os casos de assédio, o sentimento de incapacidade que acompanha cada comentário. Mas, aparentemente, relatos não são suficientes para embasar uma declaração como essa. Lembro-me de quando o professor da disciplina falou: “De onde tu tirou isso? Eu posso simplesmente olhar isso aqui e dizer que discordo”. Agora, quase posso ouvi-lo dizer a mesma coisa: “Responsabilidade branca? Racismo? Eu posso simplesmente olhar isso aqui e dizer que discordo”.

Então talvez não baste uma mulher quilombola afirmar que a família negra é o produto mais barato do mercado. Ou um livro que conta a história de Paulo Lopes mencionar a comunidade apenas para falar do cemitério e “carinhosamente” chamar uma das moradoras de “figura folclórica”. Ou, ainda, tomando café da tarde com uma amiga, ouvi-la dizer que há apenas uma aluna negra em sua turma, quando a política de cotas da universidade disponibiliza 30 vagas (quem está ocupando as outras 29?).

Talvez precisemos abrir o Atlas da Violência 2017 e constatar que, a cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras. Que, no nosso estado, o mais branco do país, houve um aumento de 50,7% na quantidade de negras (os) mortos a cada 100 mil habitantes entre 2005 e 2015. Que a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%, mas a taxa de homicídio da população negra cresceu 18,2% nesses mesmos dez anos.

Importante lembrar também as estatísticas do Ligue 180: mulheres pretas e pardas representam 58,55% das vítimas de violência que procuraram esse canal de atendimento em 2015. Ou que, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 72% das (os) brasileiras (os) admitiram já ter feito algum comentário preconceituoso, mas somente 13% se declaram racistas, machistas ou homofóbicas (os).

Sem contar o aumento, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do percentual de negras (os) na universidade, que dobrou

desde 2005 – uma conquista significativa e que deve ser valorizada –, mas ainda constitui apenas 12,8% da população universitária.

Talvez sejam necessários esses três parágrafos cheios de números negativos, em meio a esses capítulos de histórias de luta e liderança, para finalmente percebermos que, não, não estamos isentas (os). Para finalmente começarmos a nos perguntar: em quem você pensa quando fala em “sociedade”, homem branco? O que significa o seu “nós”, mulher branca?

Depois de passar um tempo morando na casa da matriarca e logo ter que voltar a viver com os pais, ficou doente e precisou ser hospitalizado. “O médico não conseguia descobrir o que ele tinha ou que remédio precisava dar. O menino só chamava por ‘mamã, mamã’. Daí perguntaram pra mãe dele quem era essa ‘mamã’, e ela disse: ‘Só pode ser a vó’”. Natalina e Nilzo foram ao hospital visitar o neto e testar a hipótese. Não deu outra: quando viu o casal, Donizete abriu um sorriso e reagiu pela primeira vez desde que fora internado. “Daí viraram ele pro outro lado, só pra ver, e ele começou a chamar por nós. Quando viraram o menino de volta, sorriu de novo. Daí o pai dele disse: ‘Se for pra ficar doente por causa de besteira, então deixa ele morando lá com ela’”. E foi assim que Natalina ganhou mais um filho de criação.